

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano XI • Número 82

Governador Doria enfrenta a crise e decreta luto oficial

Data das eleições municipais ameaçada de adiamento

PANDEMIA

FiqueEmCasa

NA BATALHA CONTRA O CORONAVÍRUS, A ÁGUA É ESSENCIAL. O TRABALHO DA SABESP, TAMBÉM.

O momento exige que todos façam a sua parte.

A Sabesp faz a sua, trabalhando junto à população para vencer o coronavírus. Em parceria com as Prefeituras, a Sabesp já fez a limpeza do entorno de mais de 100 unidades de saúde (UBS, AMA, UPA, clínicas, hospitais), além de unidades do Bom Prato na Região Metropolitana de São Paulo. A higienização também foi realizada pela Sabesp em mais de 290 municípios paulistas. Distribuímos mais de 3 mil caixas-d'água para famílias que não têm como comprar o reservatório. E, claro, continuamos trabalhando para oferecer segurança hídrica, água de qualidade e saneamento.

Conte com a Sabesp e fique em casa.



ACESSE O SITE
SABESP.COM.BR
OU BAIXE O APP



Sumário

05 Editorial

Verdadeiros heróis

06 Perfil

David Uip, o técnico do Comitê da pandemia

08 Giro Municipal

10 Uso de máscaras é obrigatório em todo o Estado de São Paulo

13 Senado aprova ajuda de R\$ 125 bilhões para Estados e Municípios

16 Matéria de Capa

Pandemia ameaça adiar data das eleições municipais

19 Mesmo com pandemia, empresário investe em geração de empregos

20 Soluções termográficas podem auxiliar o retorno seguro ao trabalho

24 A pandemia e as parcelas com a Administração Pública

25 Espaço TCE-SP

26 Espaço Feapaes-SP

28 Espaço IPT

30 Espaço Mulheres em Destaque

31 Heróis e Heroínas

32 Municípios Aniversariantes

42 Dia-a-dia

Longe deste insensato mundo

PRESIDENTE DA APM

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO
Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997/2000 e 1983/1988)

1º Vice-Presidente: Frederico Guidoni Scaranello
Prefeito de Campos de Jordão (2013/2016 e 2017/2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani
Prefeito e Vereador de Olímpia (2009/2016 e 2001/2008)

3º Vice-Presidente: SILAS BORTOLOSSO
Prefeito de Osasco (1997/2000)

4º Vice-Presidente: MARILENE MARIOTTINI
Vereadora de Mogi-Mirim (1989/2008)

SECRETÁRIO GERAL

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU
Vereador de Barretos (1992/1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA
Vereador de Barretos (1972/1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO
Prefeito de Paulínia (2017/2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS
Prefeita de Monteiro Lobato (2013/2016 e 2017/2020)

TESOUREIRO GERAL

JOÃO EMILIO BUZZO
Prefeito de Mendonça (1989/1992 e 1997/2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS
Prefeito de Itanhaém (2013/2016 e 2017/2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA
Prefeito de Regente Feijó (2000/2008 e 2017/2020)

3º Tesoureiro: PAULO SÉRGIO ALVES
Vereador de Vera Cruz (1997/2000)

CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO CITADINI
Prefeito e Vice-Prefeito de Capão Bonito (2009/2016 e 2017/2020)

OSCAR GOZZI
Prefeito de Tarumã (2017/2020)

THIAGO DE MORAES FERRARI
Vereador de Campinas (2009/2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

JOSÉ LUIZ RODRIGUES
Prefeito de Aparecida (2001/2008)

JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA
Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (2013/2016)

SIGEFREDO GRISO
Prefeito e Vice-Prefeito de Jauá (1989/1992 e 2013/2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA
Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

Vice-Presidente: LEANDRO CORRÊA
Prefeito de Brotas (2017/2020)

Secretário: MARCO ERNANE HYSSA LUIZ
Prefeito de Altinópolis (2009/2016)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: AQUEVIRQUE ANTONIO NHOLLA
Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993/1996; 1983/1992 e 2017/2020)

Vice-Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA
Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA
Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELACIONES PÚBLICAS

Dalva Christofletti Paes da Silva

Verdadeiros heróis

Já estamos há sessenta dias de isolamento social, com o fechamento total do comércio e serviços nos municípios, e a ameaça real à vida de todos permanece e, ao contrário de diminuir, estamos nesta metade do mês de maio, com índices crescentes de contaminação e óbito em todo Brasil.

As informações vindas de outros Estados, principalmente do Norte, Nordeste e Rio de Janeiro são alarmantes, chegando perto do desespero dos cidadãos, colapso no sistema de saúde e caos social e econômico.

No Estado de São Paulo, temos um quadro grave de infecções e óbitos, mas, reconheçamos, a curva de crescimento permanece achatada, com níveis abaixo do que poderia ser.

A razão deste controle, está nas imediatas providências tomadas pelo Governo do Estado assim que a ameaça chegou por aqui, com a criação do Comitê de enfrentamento ao COVID 19, priorizando VIDAS, para depois, passados os riscos, buscar a recuperação da economia.

Ressalte-se a coragem do Governador João Doria, que não hesitou nem hesita em manter, irredutível, a orientação da ciência, na preservação da vida.

As consequências econômicas dessa crise foram e continuam sendo desastrosas, recaindo diretamente na receita dos municípios, em razão da abrupta queda de arrecadação.

Nesse sentido a APM se juntou à CNM – Confederação Nacional dos Municípios, que rapidamente agiu e, numa primeira articulação junto ao Governo Federal e Congresso Nacional, aprovou a Lei que garante aos municípios que o repasse mensal do FPM, em caso de queda, seja garantido os mesmos valores do repasse de 2019 no mesmo período. Não sendo suficiente, pois havia a



Carlos Cruz
Presidente da APM

queda também do ICMS, ISS, IPTU e outros, a CNM e as entidades Estaduais voltaram a articular a reposição das perdas nessas receitas, chegando ao “socorro financeiro” aos Estados e MUNICÍPIOS”, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, cabendo a nós, Municípios, o repasse de 23 bilhões de reais, mais a suspensão do pagamento das dívidas consolidadas e das dívidas previdenciárias.

Conquistas muito importantes para que nossos Prefeitos, os VERDADEIROS HERÓIS no enfrentamento do COVID 19 tenham maiores condições de manterem os serviços básicos.

Transmitimos, entretanto, nossa crença de que brevemente controlaremos os índices de contágio e óbitos e, aí sim, vamos encarar o grande desafio de buscar a recuperação econômica, repondo os índices de emprego, produção agrícola, industrial e reativando o comércio e serviços no Estado e nos Municípios e voltarmos a ser um povo altivo, trabalhador e feliz. Dentre tantos motivos que temos para crer nessa recuperação, está a confiança no Governador João Doria que, com coragem e determinação lidera positivamente e comanda as ações necessárias e, num futuro próximo, guiará o Estado no caminho da recuperação econômica.
Boa leitura.

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

David Uip, o técnico do Comitê da pandemia



Paulistano de 68 anos, o mais renomado infectologista brasileiro, dr. David Everson Uip, acreditava poucos anos atrás que tinha chegado ao cargo máximo de sua carreira, como secretário estadual de Saúde. Mal sabia que, com a pandemia do Covid 19, seria chamado para presidir um órgão especial encarregado de gerenciar toda a problemática em São Paulo, o epicentro da doença no Brasil. Mas quem é esse especialista?

A Revista APM traz um perfil para mostrar que, com ele, o que importa é a ciência. E “não” é “não”.

Por Flávio Lamas

#FiqueEmCasa

Quando a pandemia do coronavírus chegou ao Brasil, o governador de São Paulo, João Doria, precisou pensar rapidamente em um nome para chefiar um grupo de especialistas encarregado de centralizar a situação, a evolução da crise inédita no mundo e, principalmente, as decisões. O perfil era muito específico: deveria ser médico, ter conhecimento profundo em infectologia e virologia, conhecer bem a máquina pública estadual e respeitabilidade entre as autoridades. A cada um desses quesitos, o afunilamento levou a um único nome – o dr. David Everson Uip, paulistano de 68 anos, o principal infectologista brasileiro que passou pelos mais destacados cargos em hospitais e instituições públicas, dentre os quais o posto de secretário estadual de Saúde no governo Geraldo Alckmin.

David Uip é, em última instância, quem dá a garantia ao governador Doria para flexibilizar o isolamento horizontal adotado no Estado de São Paulo. A ele também cabe dizer “não” em muitos casos, principalmente a prefeitos preocupados com a quebra geral na economia e a perspectiva de desemprego e insegurança. Do dr. David Uip não se espera um “talvez” nem mesmo para amenizar a situação. “Pra ele não é não”, explica o dr. Nubor Facure, presidente do Instituto do Cérebro. Eles trabalharam juntos no Instituto do Coração e o dr. Facure não economiza elogios: “Dr. Uip é um daqueles profissionais que trabalha 25 horas por dia, com ciência pura, mantendo uma rotina e organização impecável, porque ele é do time dos perfeccionistas”.

Se isso for pouco para compreender este profissional, há mais alguns traços marcantes em sua personalidade: ele utiliza uma linguagem direta, não tem interesse político e não interessa se o interlocutor não entendeu sua resposta. “A equipe do dr.

Uip nunca baixa o nível científico e não fazem média”, completa o dr. Nubor Facure, que arremata com uma informação valiosa nesse momento de pavor: “Pode haver biólogos que saibam mais de vírus do que ele, mas de infectologia não”.

Outro amigo de estreita relação é o também médico Geraldo Alckmin. Tanto que o dr. David Uip mantém na página de rosto de sua página na rede social Faceboock uma foto em que está ao lado do ex-governador. São 13 mil seguidores, número ínfimo se comparado ao universo digital. Parece que isso também não o preocupa – são raras as suas postagens e mesmo assim voltadas exclusivamente à sua vida profissional.

Casado, nascido em 16 de abril de 1952, ocupou o primeiro cargo de destaque na vida pública pelas mãos do ex-governador tucano Mário Covas. Era assessor especial do Palácio dos Bandeirantes. De lá até agora, colecionou uma seleção de cargos invejáveis, como Professor Livre Docente da Universidade de São Paulo, diretor técnico do Serviço de Saúde do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, diretor executivo do Incor, presidente da Fundação Zerbini e diretor do Instituto de Infectologia Emílio Ribas. Fundador e diretor da Casa da Aids por oito anos.

Raramente se envolve em polêmicas e, quando isso acontece, mantém-se fechado, um silêncio obsessivo para evitar lenha na fogueira, como ocorreu no episódio ao ser testado positivo para Covid 19, semanas depois de assumir o comando do Centro de Contingência do Estado de São Paulo.

Ele se curou graças ao medicamento cloroquina ou não? Preferiu não responder, abrindo uma divergência com o presidente da República, Jair Bolsonaro e, como ensina

a ética médica, transferiu aos profissionais que o trataram a responsabilidade de dizer ou não que remédios foram utilizados. O caso parou por aí, fazendo com que a dúvida se tornasse uma certeza.

O certo é que o dr. David Uip jamais imaginou que ocuparia um lugar de destaque no cenário médico, depois de ser secretário da Saúde do Estado. Tanto que fez uma declaração ao deixar o cargo:

-- Minha trajetória profissional tem sido marcada por grandes desafios, que me movem e motivam. Talvez o principal deles, até aqui, tenha sido comandar ao longo de quatro anos e sete meses a maior secretaria de Saúde do Brasil.

Nessa mesma oportunidade ele fez um elogio ao Sistema Único de Saúde, o SUS implantado no Brasil e que serve de referência para outros países.

-- O SUS é sem dúvida um dos maiores projetos sociais já implantados em todo o mundo. O SUS é complexo, dinâmico e ainda trilha o caminho de sua efetiva consolidação. O Estado de São Paulo contribui de forma expressiva para isso, realizando 40% do atendimento de média e alta complexidade, 40% de todos os transplantes de órgãos e mais de 30% das ressonâncias magnéticas e tomografias computadorizadas da rede pública brasileira. Em média, quase três pacientes de outros estados são internados por hora em hospitais do SUS paulista. Por dia são 10,7 mil atendimentos ambulatoriais para pacientes que residem fora de São Paulo.

Mal sabia ele, então, o que viria pela frente. E mesmo sem saber, já se mostrava preparado para o caso de ser convocado para novos desafios:

-- Deixo a Secretaria, mas não abandono as boas causas. Continuo à disposição para contribuir com o avanço das políticas públicas de saúde em São Paulo e no Brasil.



Por Marcelo Barbieri

Marabá Paulista

Aedes Aegypti

A equipe de Controle de Endemias de Marabá Paulista vem realizando a nebulização contra o mosquito Aedes aegypti em quarteirões da cidade onde há pessoas com exame positivo para dengue. A ação é realizada para controlar a proliferação do mosquito transmissor da doença. Antes de entrar nos imóveis, os agentes avisam aos moradores sobre os procedimentos que devem ser adotados para facilitar a ação do inseticida. No momento da aplicação os moradores devem deixar a residência e esperar do lado de fora por 15 minutos.

Rancharia

Doação de Leite

O Recanto dos Idosos São Vicente de Paulo, no município de Rancharia, recebeu 600 litros de leite, no mês de abril, do Projeto Estadual Viva Leite, do Governo do Estado de São Paulo. Em maio está previsto o fornecimento de mais 600 litros. Segundo o presidente da entidade, Walter Zoriki, a doação irá ajudar muito o local que atualmente possui 39 moradores que consomem cerca de 20 litros de leite por dia.

Marília

Queimadas Urbanas

A Prefeitura de Marília está intensificando as vistorias em áreas que apresentam mato alto e acúmulos de resíduos. O objetivo é reduzir queimadas urbanas e proliferação de doenças transmitidas por animais nocivos e peçonhentos, evitando riscos à saúde da população e transtornos ambientais. A intenção da ação é agir preventivamente, aplicando as legislações vigentes em benefício à população. O prefeito Daniel Alonso destacou a importância deste trabalho para evitar diversos problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Embu das Artes

Pista de Caminhada

Uma ação conjunta entre as secretarias municipais de Mobilidade Urbana, Planejamento e Obras proporcionou a revitalização da pista de caminhada e da ciclovia do Jardim Independência, na cidade de Embu das Artes. Uma das vias mais importantes do município e bastante frequentada pela população, a avenida Tomaz Antônio Gonzaga foi recapeada, recebeu iluminação em LED e sinalização, ficando ainda mais atrativa e segura.

Artur Nogueira

Tratamento de Água

O Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira deu início à manutenção e modernização dos equipamentos na ETA II. Os filtros serão reformados, promovendo assim uma melhoria na qualidade da água distribuída, aumento na eficiência na retrolavagem, redução de consumo de energia elétrica na operação do sistema e aumento na taxa de escoamento de água. A reforma das unidades de filtração é imprescindível para que haja garantia no tratamento da água, segundo destacou o prefeito Ivan Vicensotti.

Jales

Cidades Digitais

A Prefeitura de Jales começa a operar o Programa Cidades Digitais, que passa a oferecer acesso gratuito de internet em pontos como as Praças João Mariano de Freitas e Euphly Jalles, no Comboio, na Biblioteca Municipal e no Terminal Rodoviário, além de acesso interno em cerca de 30 prédios públicos da Prefeitura. Serão aproximadamente 21 quilômetros de fibra ótica, contemplados pelo programa do Governo Federal.

Leme

Ginásio de Esportes

A Prefeitura de Leme, através da Secretaria de Obras e Planejamento Urbano, deu início à construção do primeiro ginásio poliesportivo com medidas oficiais na cidade. O novo poliesportivo destacará o nome da cidade na região, entre os principais equipamentos aptos a receber modalidades esportivas oficiais, além de contribuir para o fomento do turismo local e regional, destaca o prefeito Wagner Ricardo Antunes Filho.



Mirandópolis

Música à distância

A Banda Marcial de Mirandópolis está modernizando seu atendimento, com a adaptação de suas atividades para o ensino à distância. Os professores tem utilizado a criatividade para manter a interação com os alunos e a regularidade das oficinas e estudos, utilizando canais de comunicação virtual. A banda cumpre com seu objetivo na oferta gratuita de oficinas musicais e dança coreográfica, fruto do projeto desenvolvido pela prefeitura e o Depto de Cultura e Turismo.

Batatais

Contenção de Enchentes

A Administração Municipal de Batatais está trabalhando nas obras de Contenção de Enchentes na Avenida Dr. Oswaldo Scatena. Nesse momento está sendo executada a etapa final da abertura do canal, entre as pontes implantadas no cruzamento com a Rua dos Expedicionários até o retorno em frente ao Mercado Municipal. Os recursos conseguidos pelo prefeito José Luis Romagnoli são do Ministério da Integração Nacional.

Jaborandi

Estrada Rural

A Prefeitura de Jaborandi vêm aproveitando os períodos de estiagem para promover uma série de melhorias nas estradas rurais que cortam o município. Segundo o prefeito Marcos Antônio Daniel, esses investimentos são fundamentais, pois garantem às comunidades agrícolas condições adequadas de locomoção além da importância estratégica para o escoamento da produção agrícola, uma vez que a cidade se destaca regionalmente pela expressiva produção no agronegócio.

Anhembi

Novo Posto de Saúde

O prefeito Miguel Machado vistoriou ao lado do engenheiro Felipe Rutter, no mês de abril, a fase final das obras do Novo Posto de Saúde de Anhembi que deve ser inaugurado em breve. Atualmente, o novo prédio encontra-se na fase de pintura e acabamento e assim que pronto deve ampliar, qualificar e agilizar os atendimentos no município. As novas instalações possuem locais amplos de triagem, medição, entre outras vantagens.

Tupã

Macrodrenagem

As obras de Macrodrenagem no município de Tupã, coordenadas pela Secretaria Municipal de Obras, Planejamento e Trânsito, continuam e a todo vapor. O avanço da obra é de extrema importância para todos, já que se trata de uma melhoria na infraestrutura de drenagem do município, propiciando a captação e escoamento das águas pluviais, minimizando alagamentos e inundações, segundo explicou o prefeito Caio Aoqui.

Cordeirópolis

Santa Marina

A Represa Santa Marina finalmente sai do papel após 50 anos de espera. A Prefeitura de Cordeirópolis recebeu a licença de instalação da Cetesb, último documento que faltava para o início da obra mais importante da história do município. Segundo o prefeito, Adinan Ortolan, a represa terá capacidade para gerar abastecimento mesmo em graves períodos de estiagem.

Cajamar

Pavimentação

O município de Cajamar iniciará a segunda etapa da obra de pavimentação no trecho restante da Avenida das Nascentes, completando toda sua extensão até a via Anhanguera. Na primeira fase da obra foram executadas as instalações da rede de drenagem em todas as vias antes de iniciar a pavimentação. Após concluir a implantação do asfalto nessa área, a equipe dará continuidade no trabalho de instalação da rede de drenagem em outros trechos da cidade, e posteriormente a pavimentação.

As Prefeituras que quiserem enviar notícias para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

Decretado luto oficial até o final da pandemia



Uso de máscaras é obrigatório em todo o Estado de São Paulo

Por Flávio Lamas

Todo o Estado de São Paulo está em luto oficial até terminar a pandemia do coronavírus, em respeito aos parentes e amigos das vítimas do Covid-19. A medida foi tomada pelo governador João Doria, a partir do dia 7 de maio, depois de serem registradas mais de 3 mil

mortes no território paulista. “Lamentavelmente, ultrapassamos 3 mil mortos com coronavírus, maior volume da história do Estado de São Paulo, em circunstância de apenas 60 dias. Será um gesto de solidariedade”, disse Doria.

A situação tornou-se muito mais grave a partir do final de abril e início de maio, o que levou

o governador a baixar outro decreto, obrigando todas as pessoas a utilizarem máscaras faciais em ambientes públicos. A cada dia novas decisões são estudadas, porque há o risco real da propagação em ampla escala para o interior paulista.

“Nunca passamos por algo assim e a atitude do governo pau-

lista merece todo apoio e elogios, porque prioriza a vida e o bem estar dos paulistas”, comentou o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, que acompanha com preocupação o avanço do Covid 19. “Tenho conversado com prefeitos e eles estão alinhados com as diretrizes do governador João Doria para salvar vidas”, informou ele.

O governador trabalha com informações e decisões discutidas no Centro de Contingência do Coronavírus. Por isso foi decretada a obrigatoriedade do uso de máscaras. A regulamentação caberá às prefeituras de cada cidade, que definirão a fiscalização e a aplicação de penalidades a quem desobedecer a medida.

“A partir de agora já passa a valer a obrigatoriedade do uso de máscaras em todos os meios de transporte público e privado e estendemos isso a toda população, com o objetivo de proteger os brasileiros de São Paulo, para que tenham menos possibilidade de serem infectados ou irem a óbito”, afirmou Doria.



O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do governo de São Paulo analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras. Na publicação no Diá-

rio Oficial do Estado, ficaram estabelecidos os valores de multas para pessoas físicas e estabelecimentos que descumprirem as novas regras, além de detenção por até um ano.

O texto afirma que a norma foi baseada em recomendações do Centro de Contingência do Coronavírus, do governo estadual, e também do Ministério da Saúde, e que é necessário conter a disseminação da doença para garantir o funcionamento dos serviços de saúde. A exigência vai valer enquanto perdurar a quarentena no Estado. O decreto determina que a fiscalização da regra fica por conta dos municípios, que decidirão o valor exato da multa para cada tipo de situação em que a infração for cometida.

As máscaras são obrigatórias “nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população”, no interior de estabelecimentos comerciais que ainda estejam abertos (como farmácias, supermercados, oficinas mecânicas etc.) e em repartições públicas. Tanto para frequen-



*Secretário estadual da Saúde,
José Henrique Germann:
apelo para população
ficar em casa*

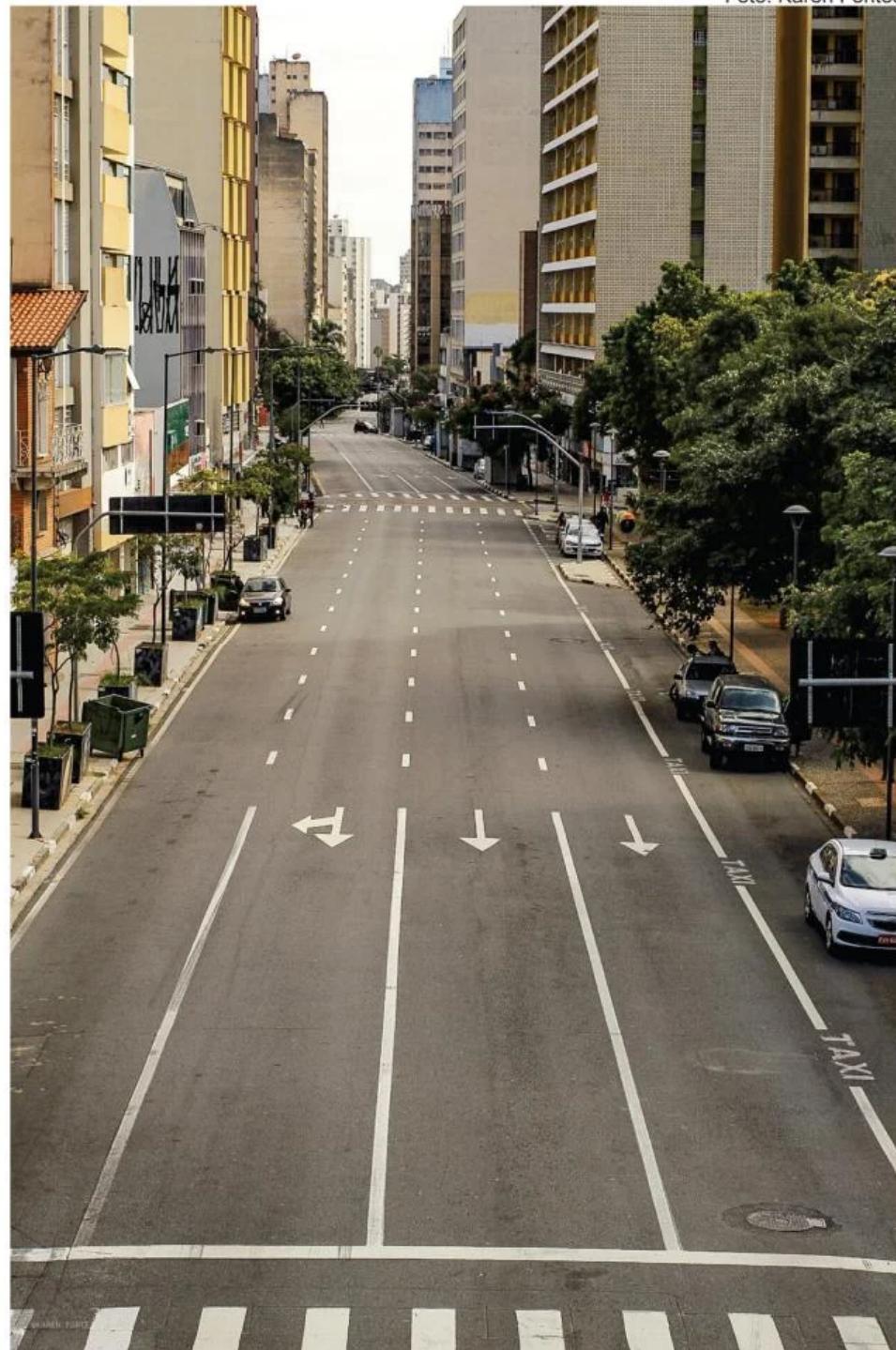
tadores quanto para funcionários.

O texto da legislação determina ainda que quem descumprir a regra poderá ser acusado dos crimes de Infração de Medida Sanitária Preventiva, previsto no Código Penal (e que tem pena estabelecida de detenção de um mês a um ano e multa), e Desobediência, cuja pena é a detenção de quinze dias a seis meses, além de multa.

Além dessa decisão de caráter preventivo, o governador decidiu também baixar decreto de luto oficial no Estado como forma de reforçar o reconhecimento às famílias das vítimas da pandemia. Para isso, ele avaliou não somente o recorde do número superior a 3 mil óbitos, mas também a situação da saúde pública no Estado. No momento da medida, a taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) estava em torno de 67,2%, com 86,6% de ocupação na Grande São Paulo. Havia 3.404 pessoas internadas em UTIs em todo o Estado, com suspeita ou confirmação de coronavírus, além de 5.197 em tratamento em enfermarias.

O secretário estadual da Saúde, José Henrique Germann, fez um apelo emocionado para sensibilizar as pessoas a seguir as regras determinadas pelo governo do Estado: "Queria reforçar a questão do número de óbitos para que as pessoas olhem para esses números e procurem se salvar em casa. Ficar em casa significa se salvar, para que não se exponha e não adquira a doença e não seja mais um caso confirmado em São Paulo. Isso vai passar. Nós vamos vencer, mas precisamos tomar muito cuidado agora, porque estamos brincando com a sorte".

Nas cidades paulistas, os prefeitos tem adotado providências de



acordo com a realidade local, mas baseadas nas diretrizes dos órgãos de saúde pública. Em Campinas, a maior cidade do interior paulista, uma foto emblemática marca a pandemia. A foto foi feita no domingo, dia 19 de abril, às 9:36 da manhã. Já chegava a um mês de quarentena da pandemia e mostra a avenida Francisco Glicério, a principal ave-

nida do centro de Campinas, totalmente vazia, uma cena inimaginável. Por esta via circulam milhares de veículos diariamente -- não há um minuto sequer sem carros passando, mesmo durante a madruga da. Mas, com o isolamento social, a fotógrafa Karen Fontes registrou este momento, que simboliza a metrópole paralisada.

Senado aprova ajuda de R\$ 125 bi para Estados e municípios

Por Agência Senado

O Senado Federal aprovou por unanimidade o novo texto para o projeto de Lei Complementar (PLP) 39/2020, que cria o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus para prestar auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões a estados, Distrito Federal e municípios. O objetivo principal é ajudar os entes federativos no combate à pandemia da covid-19.

O valor inclui repasses diretos e suspensão de dívidas. Com os 81 senadores participando, o projeto foi aprovado por unanimidade, ou seja, 80 votos favoráveis, já que o presidente da sessão não vota. O projeto seguiu para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O Estado de São Paulo receberá R\$ 1.074 milhões para aplicação direta no combate ao coronavírus e outros R\$ 6.616 milhões para livre aplicação. Os municípios receberão R\$ 656 milhões para aplicação na saúde pública por causa da pandemia e R\$ 4.481 milhões para livre aplicação.

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus vai direcionar R\$ 60 bilhões em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões exclusivamente para ações de saúde e assistência social (R\$ 7



Presidente Davi Alcolumbre durante a votação: aprovação por unanimidade

bi para os estados e R\$ 3 bi para os municípios) e R\$ 50 bilhões para uso livre (R\$ 30 bi para os estados e R\$ 20 bi para os municípios). Além disso, o Distrito Federal receberá uma cota à parte, de R\$ 154,6 milhões, em função de não participar do rateio entre os municípios. Esse valor também será remetido em quatro parcelas.

Além dos repasses, os estados e municípios serão beneficiados com a liberação de R\$ 49 bilhões através da suspensão e renegociação de dívidas com a União e com bancos públicos e de outros R\$ 10,6 bilhões pela renegociação de empréstimos com organismos internacionais, que têm aval da União.

Os municípios serão beneficiados, ainda, com a suspensão do

pagamento de dívidas previdenciárias que venceriam até o final do ano, representando um alívio de R\$ 5,6 bilhões nas contas das prefeituras. Municípios que tenham regimes próprios de previdência para os seus servidores ficarão dispensados de pagar a contribuição patronal, desde que isso seja autorizado por lei municipal específica.

Prazo de concursos

A Câmara dos Deputados aprovou emenda para suspender prazos de validades de concursos públicos já homologados e essa mudança foi totalmente acatada pelo Senado, o que incluiu o art. 10 no texto do PLP.

Assim, ficarão suspensos os prazos de validade dos concursos



públicos já homologados até 20 de março de 2020, em todo o território nacional. A suspensão será válida até que a União estabeleça o fim do estado de calamidade pública motivado pela pandemia.

A suspensão abrangerá todos os concursos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, da administração direta ou indireta. Os prazos suspensos voltarão a correr quando acabar o período de calamidade pública. Os organizadores de cada concurso terão de publicar, em veículos oficiais previstos em cada edital, aviso sobre a suspensão dos prazos.

Distribuição

Dos R\$ 60 bilhões de auxílio direto, R\$ 50 bilhões poderão ser usados livremente. Essa fatia será dividida em R\$ 30 bilhões para os estados e o Distrito Federal e R\$ 20 bilhões para os municípios.

O rateio por estado será feito em função da arrecadação do ICMS, da população, da cota no Fundo de Participação dos Estados e da contrapartida paga pela União pelas isenções fiscais relativas à exportação. Já o rateio entre os municípios será calculado dividindo os recursos por estado (excluindo o DF) usando os mesmos critérios para, então, dividir o valor estadual entre os municípios de acordo com a população de cada um.

Estados e municípios deverão privilegiar micro e pequenas empresas nas compras de produtos e serviços com os recursos liberados pelo projeto.

Por sua vez, os R\$ 7 bilhões destinados aos estados para saúde e assistência serão divididos de acordo com a população de cada um (critério com peso de 60%) e com a taxa de incidência da covid-19 (peso de 40%), apurada no dia 5



Maior parte dos valores aprovados serão utilizados no combate do coronavírus

de cada mês. Os R\$ 3 bilhões enviados para os municípios para esse mesmo fim serão distribuídos de acordo com o tamanho da população.

A taxa de incidência foi estabelecida como critério para estimular a aplicação de um maior número de testes, o que é essencial para definir estratégias de combate à pandemia, e também porque ela serve para avaliar a capacidade do sistema de saúde local de acolher pacientes da covid-19. Já a distribuição de acordo com a população visa privilegiar os entes que poderão ter maior número absoluto de infectados e doentes.

“Considerar a taxa de incidência, enfim, é ter um olhar para onde o sofrimento é maior. Em maio, são os estados do Norte e Nordeste. Mas não se sabe o comportamento do vírus quando o inverno chegar ao Centro-Sul do país. Nos meses de junho e julho, portanto, poderá ser a vez de acudir outros brasileiros necessitados. É impor-

tante, pois, que os critérios sejam complementares e capazes de apontar o melhor caminho para amenizar a dor de todos os brasileiros”, afirmou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em seu relatório.

Suspensão de dívidas

A suspensão de dívidas abrange os pagamentos programados para todo o ano de 2020. Os valores não pagos serão incorporados ao saldo devedor apenas em 1º de janeiro de 2022, atualizados, mas sem juros, multas ou inclusão no cadastro de inadimplentes. A partir daí, o valor das parcelas que tiveram o pagamento suspenso será diluído nas parcelas seguintes.

Os valores pagos durante o período de suspensão serão atualizados e somados aos encargos de adimplência para abaterem o saldo da dívida a partir de janeiro de 2021. As parcelas anteriores a março de 2020 não pagas em razão de liminar da Justiça também poderão

ser incluídas no programa. Nesse caso não terá juros e multa por inadimplência.

Em outra frente, há permissão para reestruturação das dívidas internas e externas dos entes federativos, incluindo a suspensão do pagamento das parcelas de 2020, desde que mantidas as condições originais do contrato. Nesse caso, não é necessário o aval da União para a repactuação e as garantias eventualmente oferecidas permanecem as mesmas.

Para acelerar o processo de renegociação, a proposta define que caberá às instituições financeiras verificar o cumprimento dos limites e condições dos aditivos aos contratos. Já a União fica proibida de executar garantias e contragarantias em caso de inadimplência nesses contratos, desde que a renegociação tenha sido inviabilizada por culpa da instituição credora.

Salários congelados

O Senado acatou a inclusão de novos setores que ficarão fora do congelamento de salários de servidores públicos. Além dos profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, foram excluídos do congelamento os trabalhadores da educação pública, servidores de carreiras periciais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

Outra novidade aprovada é a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos já homologados até 20 de março de 2020, em todo o território nacional. A suspensão será válida até que a União estabeleça o fim do estado de calamidade pública motivado pela pandemia.

Era o “Plano Mansueto”, mas foi totalmente transformado

O PLP 149/2019 foi apresentado pelo governo à Câmara em junho para ajudar estados e municípios em situação financeira difícil a recuperarem o equilíbrio fiscal. Apelidado de “Plano Mansueto” (nome de seu idealizador, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida), o texto previa o refinanciamento de dívidas com a União e novos empréstimos, além de aumentar as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000) para que as contas públicas dos entes federativos permanecessem equilibradas a médio e longo prazos.

Com o agravamento da pandemia da covid-19, e como o projeto já estava pronto para ser votado pela Câmara, os deputados usaram o texto para propor um programa de socorro aos entes da Federação. O ponto central era a compensação por perdas de arrecadação causadas pela queda na atividade econômica. Aprovado em abril, o novo PLP 149/2019 foi enviado ao Senado.

O projeto da Câmara, no entanto, desagradou a área econômica do governo federal por obrigar a União a compensar toda a perda de arrecadação com o ICMS e o ISS de abril a setembro de 2020, sem contrapartidas ou valor fixo.

O governo fez então uma contraproposta. Em audiência pública no Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicou que a União se propunha a desembolsar cerca de R\$ 120 bilhões para ajudar estados e municípios, por meio



Ministro Paulo Guedes, da Economia

de auxílio direto, suspensão do pagamento de dívidas e reforço ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). Como contrapartida, os entes adotariam medidas de controle dos gastos públicos.

O tema já era tratado, no Senado, pelo PLP 39/2020, do senador Antonio Anastasia (PSD-MG), e, assim, os dois projetos passaram a tramitar em conjunto, cumprindo requerimento dos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Esperidião Amin (PP-SC). Numa medida rara, a relatoria dos projetos foi entregue ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que fez a opção por dar preferência ao PLP 39/2020 para que o Senado pudesse tomar a frente nas negociações entre o Congresso e o Poder Executivo. O parecer aprovado levou ao arquivamento do PLP 149/2020, que integrava o Plano Mais Brasil, do governo federal.

Pandemia adiar

mu



ameaça data das eleições nacionais

A s próximas semanas até o final do mês de junho serão decisivas para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definir se haverá ou não necessidade de adiamento das eleições municipais de outubro, alterando o calendário previamente estabelecido.

Para tomar esta decisão, diante da crise provocada pelo coronavírus, a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, que permanecerá no cargo até o final de maio, criou um grupo de trabalho com técnicos, a quem caberá avaliar “as condições materiais para a implementação” do pleito, consultando os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Até agora, no entanto, os prazos referentes ao pleito estão sendo cumpridos e de uma coisa é certeza: a Constituição não permite qualquer possibilidade de prorrogação dos atuais mandatos dos prefeitos.

Para o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, a data da eleição está prevista na Constituição e, portanto, qualquer alteração terá de ser feita pelo Congresso por meio de emen-

da constitucional. “A própria Constituição estabelece que as regras não podem mudar a menos de um ano antes da eleição. Na verdade, a Constituição brasileira determina o pré-calendário. As eleições devem ser realizadas no primeiro domingo de outubro e o segundo turno no último domingo de outubro. É a partir dessa configuração eleitoral que o TSE estabelece o cronograma das eleições, que já foi publicado no fim de 2019.”

Seguindo esse cronograma, os prazos de que tratam sobre fidelidade partidária e sobre troca de domicílio eleitoral para onde o candidato pretende concorrer já venceram.

Com a pandemia, correntes políticas defendem atrasar em 30 dias o pleito municipal para escolha de prefeitos e vereadores, ficando para novembro. Muitos também falam da possibilidade de turno único, no primeiro domingo de dezembro”, além de uma terceira opção, mais difícil, beirando a quase 100% de inviabilidade: unificação das eleições. Assim, quem está no cargo agora ficaria até 2022 e lá seriam realizadas eleições gerais, desde o vereador até o presidente da República. A última vez que uma eleição

foi adiada ocorreu em 1980, quando o pleito acabou se realizando em 1982.

Mas há outro ingrediente importante na definição das eleições municipais de 2020. É a posição do ministro Luis Roberto Barroso, que assumirá a presidência do TSE no final de maio, em substituição à ministra Rosa Weber. Ele próprio admitiu que, caso as urnas eletrônicas não sejam testadas até junho, as eleições municipais poderiam sim ser adiadas: “Eu converso com médicos regularmente: nenhum ousou arriscar uma data precisa para o início do decréscimo da curva de contágio do novo coronavírus. Todos reconhecem que a curva ainda está em ascensão. Mas um epidemiologista do Rio de Janeiro me disse que o ciclo, em outros países, tem levado cerca de três meses e meio. Por meados de junho a curva estaria caindo no Brasil, segundo esse dado. Junho é para a Justiça Eleitoral decisivo: é quando se realizam as convenções partidárias. Em agosto se começa a campanha”.

Em uma videoconferência promovida pela Arko Advice, agência de consultoria política de Brasília, o ministro Barroso revelou os pla-



Rosa Weber, presidente do Superior Tribunal Eleitoral

nos para as próximas semanas: “Em junho nós vamos fazer um teste importante de operacionalização das urnas. Enviaremos equipes para treinar os mesários na operação das delas. Isso para saber se estão com bom funcionamento, afinal estão paradas. Junho é um prazo fatal, se não conseguirmos fazer esses testes, aí eu, na qualidade de presidente do TSE, teria que procurar o Congresso e dizer que nós temos dificuldades técnicas para realizar as eleições”.

Fora do planejamento normal do processo eleitoral, qualquer decisão depende dos poderes da República. Segundo o futuro presidente do TSE, “a alteração da data depende de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição)”. A rigor, ele não pode agora conduzir esse processo. “Eu ainda não sou o presidente do TSE. A ministra Rosa Weber ainda é, ela teve um desempenho extraordinário, presidiu as eleições de 2018 de forma fantástica... Logo depois que eu tomar posse, pretendo iniciar uma interlocução com o presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado para pensarmos juntos as questões políticas, técnicas, institu-

Ministro Luis Roberto Barroso assumirá a presidência do TSE no final de maio



cionais envolvidas”, afirmou.

Enquanto no Tribunal Superior Eleitoral a questão tramita analisando o desenrolar da pandemia no Brasil, no Congresso os senadores e deputados tentam se adiantar, considerando um cenário mais complicado, com propostas legislativas de adiamento das eleições municipais de 2020 para 2022. O líder do PSL, senador Major Olímpio (SP), defende a unificação dos pleitos federais, estaduais e municipais, até como forma de evitar os gastos com as campanhas eleitorais deste ano. A economia esperada, segundo Major Olímpio, seria de até R\$ 1,5 bilhão, além dos recursos do fundo eleitoral, que não seriam utilizados. Os senadores Elmano Férrer (Podemos-PI) e Wellington Fagundes (PL-MT) também propõem o adiamento.

Outra proposta, do deputado federal Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC), é a PEC 56/2019 que pretende, em síntese, prorrogar pelo prazo de dois anos os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, estendendo-os até o fim de 2022, ou seja, o mesmo ano em que terminam os mandatos dos gover-

nadores, senadores, deputados federais e estaduais, bem como o de presidente, todos eleitos em 2018. Dessa forma, seriam unificadas as eleições no país. Entretanto, essa PEC se mostra claramente inconstitucional, porque fere o artigo 14 da Constituição Federal de 1988, que dispõe: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”.

A eleição que escolheu os prefeitos e vereadores no Brasil nas últimas eleições o fez por apenas quatro e não seis anos – portanto não pode haver prorrogação de mandato em andamento.

Mas talvez seja possível conciliar esta hipótese com uma medida que solucionaria o descompasso entre os mandatos de prefeitos e vereadores com os demais atores políticos do país, unificando as eleições. A alternativa consistiria na edição de emenda constitucional criando mandato com prazo menor, isto é, um mandato-tampão no período de 2020 até 2022. Dessa forma, o mandato de transição não desrespeitaria o sufrágio de 2016.



Presidente da APM, Carlos Cruz

Mesmo com pandemia, empresário investe em geração de empregos

Boa parte de nossa população cumpre hoje as regras de distanciamento social imposta por vários governos estaduais. No Estado de São Paulo, epicentro da COVID-19 no Brasil, o governador João Doria e sua equipe estão diariamente atentos ao combate desta pandemia que assola e aterroriza o mundo. As medidas são sempre tomadas baseadas em decisões e pareceres extremamente técnicos das organizações mundiais de saúde e a classe científica.

O governo federal também vem realizando várias ações, principalmente com o objetivo de suprir ou minimizar as dificuldades econômicas que os brasileiros enfrentam com essa crise. Uma dessas maiores dificuldades é a questão de emprego e renda. Antes da chegada deste Coronavírus já havia um número alarmante de quase 12 milhões de desempregados. Agora, com apenas os serviços considerados essenciais funcionando, e ainda de modo precário, a dificuldade de manutenção dos empregos batem de frente com a queda de arrecadação geral da indústria, comércio e dos prestadores de serviços.

Mas, como diz um velho ditado, das crises surgem oportunidades. Assim, na contramão da pandemia, ao invés de cruzar os braços, de fazer coro com o choro e a lamentação, um pequeno empresário estabelecido em Barueri, na Grande São Paulo, Gabriel Seferian, há muitos anos se dedicando com sucesso no ramo de produção de uniformes, mochilas, tênis e outros materiais escolares com centenas de prefeituras municipais já atendidas ao longo de mais de 20 anos, decidiu enfrentar a situação. Ele criou coragem e abraçou a oportunidade por força da Resolução 356



Empresário Gabriel Seferian

da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa, que delibera sobre a autorização para produção de EPIs para assistência a Covid-19: desenvolveu e criou uma linha de produção de Máscaras Cirúrgicas TNT tripla com clip nasal, N 95 e Avental. Todos os produtos com matéria prima em conformidade com as exigências da Anvisa. Com linha de produção própria e terceirizada, o empresário vem gerando assim, na contramão da crise, dezenas e dezenas de empregos diretos e indiretos.

Gabriel Seferian, do Grupo Sefer Indústria e Comércio, se disse satisfeito de poder realizar mais um grande desafio em sua vida. “Desenvolver em poucas semanas uma vasta e complexa linha de produção; vencer muita burocracia; buscar atender as várias exigências e as inúmeras normas dos componentes; enfim, é um trabalho árduo, porém extremamente dignificante”, acentuou. Para ele,

“só de saber que estamos podendo contribuir com a geração de emprego e renda para muitas pessoas já me deixa realizado. Agora, saber que com o uso de nossas máscaras os profissionais de saúde e a população estão podendo se proteger da contaminação de um vírus tão terrível quanto esse realmente me deixa cheio de orgulho”, concluiu.

Recentemente, no dia 4 de maio, o governador João Doria, considerando recomendações do Centro de Contingência do Coronavírus e as orientações do Ministério da Saúde, determinou o uso geral e obrigatório de máscaras de proteção facial para todos os cidadãos que estiverem em circulação ou contato com outras pessoas fora de suas residências como medida adicional ao distanciamento social enquanto perdurar a medida de quarentena instituída pelo Decreto Estadual 64.881 de 22 de março de 2020. Para isso, o empresário também já havia desenvolvido com antecipação uma máscara de tecido com corte a laser para não desfiar, lavável e ajustável a qualquer formato de rosto, cobrindo boca, nariz e queixo. “Este modelo é ideal para os municípios fornecerem aos seus servidores em geral e para aquelas pessoas que infelizmente estão em faixas carentes da população”, explicou Seferian.

Na verdade, este exemplo de empreendedorismo tem tradição na família. Gabriel é filho do saudoso empreendedor Avedis Seferian, que foi um dos pioneiros em ferramentais para calçados e confecções com fábrica em Osasco por mais de 60 anos. Ele foi também um dos fundadores da cidade. “Filho de peixe, peixinho é”.

Soluções termográficas podem auxiliar o retorno seguro ao trabalho

No atual cenário, o setor de tecnologia se consolida como o grande aliado de empresas e administrações de todos os portes para enfrentar o obstáculos que estamos vivendo. O retorno ao trabalho e as atividades cotidianas devem se levar em consideração uma série de medidas e precauções. Mas, como será o retorno ao trabalho para municípios, empresas e funcionários?

A Hikvision, líder mundial no fornecimento de soluções e produtos de segurança, desenvolveu



soluções de triagem de temperatura projetadas para a detecção de temperaturas na superfície da pele

com o objetivo de realizar um círco preliminar e rápido. Algumas dessas soluções já contam com a



detecção da utilização de máscaras. De acordo com a empresa, o objetivo é fazer uma triagem prévia e rápida em locais de grande circulação. Porém, uma vez detectado qualquer anormalidade, o recomendado é que as pessoas sejam submetidas a dispositivos de medição clínica. Sob qualquer circunstância, é altamente recomendável usar as soluções da Hikvision de acordo com as leis e regulamentos locais.

Existem dois aspectos preventivos: o primeiro é estabelecer um ponto de verificação no acesso das pessoas ao interior das instalações, ou seja, um primeiro filtro que pode determinar se existe uma pessoa com temperatura acima da faixa normal, o que seria sintoma de um possível problema de saúde. Nesse sentido, o equipamento de medição de temperatura da superfície da pele Hikvision permite que esse filtro seja feito rapidamente, até 30 pessoas por segundo podem ser medidas em condições ideais.

O segundo aspecto está relacionado à integração da prevenção nos sistemas tradicionais atualmente utilizados pelas empresas, como controle de acesso e identificação com impressão digital ou cartão. Ter um filtro adicional, como a medição de temperatura, aumenta o nível de atendimento. O uso de tecnologias de reconhecimento facial ajuda as empresas a atingir velocidades de verificação muito altas, ou seja, menos de 0,5 segundos de tempo de verificação por pessoa.

É importante destacar que os sistemas de detecção de temperatura da superfície da pele são divididos em vários tipos de soluções, de acordo com a necessidade do cliente: equipamentos móveis e semi-fixos - feitos para escanear a pessoa



a uma distância de 1,5 a 2,5 metros e até no máximo 60 pessoas por minuto - e sistemas fixos que mantêm alto desempenho, pois só esperam que as pessoas passem pela área de leitura, a uma distância média de 0,8 a 1,5 metros, para calcular a temperatura.

A Hikvision possui a solução termográfica (DS-2TD2636B-13/P) que é capaz de detectar a temperatura na superfície da pele de até 30 pessoas simultaneamente, com acuracidade de $0,3^{\circ}\text{C} \sim 0,5^{\circ}\text{C}$, além de emitir alertas em caso de suspeita de alta temperatura. Esta solução também realiza a detecção da utilização de máscaras. Com módulo térmico de alta sensibilidade com resolução de 384 x 288 (com acuracidade de $0,3^{\circ}\text{C} \sim 0,5^{\circ}\text{C}$), tecnologia de processamento de imagem térmica, alarme totalmente confiável de detecção de alta temperatura, módulo óptico de alta qualidade com resolução de 4 MP e fusão de imagem de visão dupla, visualização imagem por imagem.

Já o modelo (DS-2TP21B-6AVF) tem resolução de 160 x 120, lente óptica de Máx. 8 MP (distância

recomendada de medição: 1.5-3.0 m) e lente termográfica de 6 mm. Possui uma tela de 3.5" LCD com resolução de 640×480 com função de toque na tela, além de suportar visualização ao vivo no PC, dispositivo móvel/ monitor externo.

Definir estratégias para detectar infecções precocemente e lidar com elas em tempo hábil permitirá que as empresas e seus funcionários enfrentem o retorno aos escritórios e locais de trabalho com rapidez, segurança e facilidade. Hoje, pequenas e médias empresas e governos municipais e estaduais estão interessados nessa nova tecnologia térmica. No Brasil, essas tecnologias estão sendo implantadas e na América Latina já tem outros exemplos, como terminais de ônibus, estações de transporte público e terminais aéreos, como o Aeroporto da Cidade do México e o Grupo Aeroportuário de Sureste (ASUR), começaram a usar algumas dessas unidades em suas instalações. Já centros comerciais e de entretenimento planejam implementar a tecnologia não mais como medida temporária, mas como algo padronizado em suas instalações, por isso é muito provável que veremos essas soluções em muitos espaços públicos.

O momento que vivemos destacou o papel essencial que as tecnologias têm hoje, onde indústrias, comunidades e cidadãos globais se reúnem para encontrar uma solução. Para enfrentar esse cenário, as habilidades humanas e o escopo tecnológico foram reunidos para gerar o bem comum. Parte de nossa responsabilidade como fabricante é promover o conhecimento, benefícios e utilidades de novas soluções, porque quanto mais informações as pessoas tiverem, melhor decisão e julgamento terão que decidir.



Há meio século fazendo o melhor

**Limpeza Urbana
Obras de Engenharia
Pavimentação
Gestão de Serviços Públicos
Concessões de Saneamento/Aeroportos**





A pandemia e as parcerias com a Administração Pública

Em razão das medidas de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde em função da disseminação do coronavírus pelo país, os gestores públicos vêm enfrentando inúmeros desafios na Administração.

De fato, o cenário é de instabilidade e fragilidade, as quais vêm ganhando dimensão na medida em que a crise econômica ameaça todos os setores da economia global.

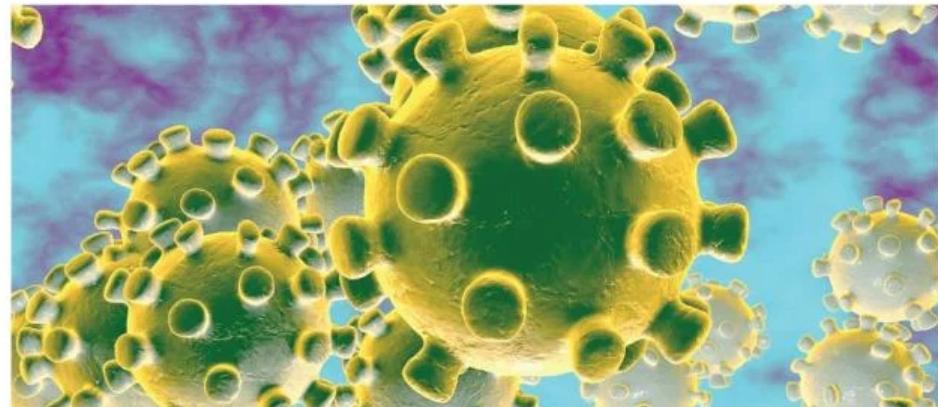
Mesmo nesse contexto, incumbe aos Prefeitos a missão de permanecer buscando a realização do interesse público e da eficiência na Administração, tentando, inclusive, minimizar os efeitos da pandemia no Município.

Em se tratando de situação anômala, a qual, caracteriza a emergência e a calamidade pública decorrentes do coronavírus, os Municípios ficarão autorizados a adotar medidas excepcionais na esfera das parcerias realizadas com as entidades do Terceiro Setor.

Em outras palavras, no âmbito das parcerias celebradas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil com fundamento na Lei Federal 13.019/2014 também é possível a adoção de medidas excepcionais, como a suspensão da execução dos serviços considerados não essenciais ao enfrentamento da situação de emergência.

As medidas excepcionais visam garantir o pronto restabelecimento dos serviços ao fim da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes da pandemia.

Para tanto, a Administração



poderá manter o pagamento mensal do serviço deduzidas as despesas diretas e indiretas que efetivamente deixem de incorrer, garantindo o pagamento das despesas devidamente comprovadas com pessoal e encargos dos trabalhadores que deixem de prestar os serviços nesse período, bem como de outras despesas que sejam indispensáveis ao desempenho da atividade, tais como aluguel, água, luz etc., e que foram previamente especificadas no plano de trabalho.

No entanto, a continuação do pagamento mensal estará vinculada à não demissão dos empregados dedicados à execução da parceria no período em que durar a suspensão.

Vale registrar, por oportuno, que quaisquer despesas que sejam custeadas por meio de recursos públicos, ainda que durante o período da suspensão, deverão ser objeto de prestação de contas, nos termos da Lei e do instrumento de parceria.

A depender de seus efeitos, a suspensão poderá implicar a revisão do plano de trabalho futuramente para alteração de valores ou metas com fundamento na Lei.

Ainda que se trate de medida

excepcional, é indispensável que a suspensão se dê por meio de ato devidamente justificado e motivado, que atenda a transparência e a publicidade.

A título de ilustração, vale registrar que tais medidas excepcionais foram viabilizadas no Município de São Paulo por meio da Lei 17.355/2020, que, além das parcerias, também trata dos contratos administrativos de prestação de serviços, de finanças públicas e dá outras providências em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrentes do coronavírus.

O momento é de grande desafio. Cabe aos gestores o melhor manejo possível das alternativas que a legislação lhes assegura para tentar amenizar os efeitos da crise no Município.

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor”(isabela@conam.com.br).



Controle dos gastos públicos em tempos de pandemia

Na medida em que os países conseguem mensurar minimamente o impacto da pandemia na sociedade, emerge o consenso de que estamos diante de uma tormenta impossível de atravessar sem o protagonismo do Estado, seja na gestão do pesadelo epidemiológico seja na indução da reconstrução econômica e social.

Não há exagero retórico quando analistas repetem termos como “economia de guerra”, pois os efeitos estão cada dia mais próximos aos de um conflito armado global. Se buscarmos referências em situações similares do Século 20, nos deparamos com variantes do modelo de John Keynes, influenciador da reforma do capitalismo no pós-guerra. O britânico defendeu intervenções pontuais e temporárias pelo Estado na economia durante situações de crise grave, com investimentos públicos e políticas voltadas ao pleno emprego, ainda que resultassem em certo desequilíbrio fiscal.

Os representantes do Estado brasileiro têm sido obrigados a reconhecer a responsabilidade do poder público na organização do sistema de saúde, na ampliação da rede de assistência social, no socorro à economia real, no estímulo ao mercado financeiro e na manutenção de empregos.

O Congresso vem aprovando dispositivos que autorizam medidas essenciais para o enfrentamento da conjuntura excepcionalíssima que se apresenta. Já o Supremo Tribunal Federal afastou cautelarmente, em sede de Ação Direita de Inconstitucionalidade, algumas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne a despesas emergenciais de combate ao vírus e de proteção à população vulnerável. Tais medidas permitem que o Poder Executivo, em todos os níveis, tenha melhores condições materiais para tomar atitudes rápidas,

com mais segurança jurídica.

E o controle externo, como deve se posicionar? A urgência e o ineditismo que marcarão muitos atos administrativos desta época exigem mais do que nunca a atuação pedagógica e preventiva dos Tribunais de Contas, para que se preserve a autonomia dos gestores sem ignorar eventuais irregularidades nos gastos, seja por má-fé ou descuido.

No intuito de contribuir e informar Prefeitos e Governadores, algumas considerações são importantes nesse momento.

Primeiro, lembro aos municípios que deverão enviar seus Decretos de Calamidade Pública à Assembleia Legislativa do Estado para reconhecimento, conforme previsão legal. É importante que cada um deles demonstre a efetiva necessidade, fundamentada em fatos e circunstâncias.

Segundo, esclareço que a decisão do STF relativa à LRF afasta a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias, exclusivamente, para a criação ou expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento da crise gerada pela COVID-19. Além disso, os efeitos da Medida Cautelar concedida pelo Ministro Alexandre de Moraes incidem somente durante a vigência do decreto de calamidade de cada ente federativo, que pode se estender, no máximo, até 31 de dezembro de 2020.

Justamente por causa das flexibilizações legais inerentes à situação de emergência, alerto também para a necessidade de se enfatizar a observância ao princípio da transparência em relação às contratações de pessoal, aquisições de bens e serviços e renúncias de receitas. A publicidade é especialmente importante agora, para que os órgãos de controle exter-

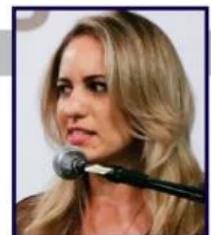
no e a sociedade, diretamente, tenham condições de acompanhar e fiscalizar o trabalho dos gestores. Nesse sentido, sugiro a utilização de sites oficiais, além de outros canais gratuitos de comunicação social.

Reforço ainda a necessidade de fixação prévia de critérios objetivos – além daqueles já estabelecidos na legislação vigente – para a concessão de qualquer benefício pelo poder público, como, por exemplo, auxílio financeiro aos mais necessitados, ou isenção fiscal a pessoas jurídicas em dificuldades. Esse cuidado é importante para que se respeite o princípio da imparcialidade e se preserve a isonomia no tratamento de cidadãos e empresas.

Por fim, é imprescindível que os gestores informem aos respectivos Tribunais de Contas, por meio de relatórios periódicos, todas as ações adotadas no combate ao novo coronavírus e aos seus efeitos reflexos, indicando as despesas e respectivas fontes de custeio.

Tais alertas e orientações alinham-se com o ímpeto colaborativo recomendado em resolução conjunta emitida por cinco entidades representativas de membros dos Tribunais de Contas do país. Enquanto integrante do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, reforço meu compromisso de conduzir o controle externo da administração pública de uma forma coerente e adequada ao momento que enfrentamos, antecipando esforços, em ações concomitantes à gestão da crise, em solidariedade a todos. Esta é a guerra da nossa geração. As balizas legais estão aí. Ajam! Qualquer hesitação pode ser incorrigível.

Dimas Ramalho é Conselheiro-Corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).



Feapaes doa 303 computadores para APAES do Estado de São Paulo

A ação, que só foi possível graças à parceria com o Vale Cap, tem como um dos objetivos aprimorar o assessoramento da FEAPAES-SP oferecendo um equipamento com webcam para reuniões e aulas online

No mundo moderno, a utilização do computador se faz cada vez mais relevante devido as suas funções multitarefas. Diante dessa realidade e reconhecendo que nem todas as APAES paulistas dispunham de um equipamento atualizado e que lhes permitissem todas as atividades exigidas pela modernidade, a Federação das APAES do Estado de São Paulo (FEAPAES-SP) doará um computador para cada filiada, totalizando 303 máquinas.

“Foi uma proposta que apresentei para o conselho de administração e para a diretoria e que foi aprovada por unanimidade. Os equipamentos permitirão que as APAES acompanhem os cursos da UNIAPAE-SP, reuniões a distância, lives e webinars. E nesse momento, com certeza, a utilização será muito maior, porque em tempos de pandemia fica como a única alternativa esse contato online”, explica Cristiany de Castro, presidente da FEAPAES-SP.

Os kits compostos por um computador equipado com o Windows 10 Pro, mouse, teclado e Webcam serão entregues para os conselhos que irão repassar para suas APAES, sendo que alguns já até receberam os equipamentos, como: Lençóis Paulista, Várzea Paulista, Lorena,



Mogi Mirim, Pirassununga e Santa Cruz do Rio Pardo. “Esperamos que todas as APAES utilizem muito bem e que seja realmente um equipamento para que a gente encurte a distância para um novo conhecimento”, completa a presidente, Cristiany de Castro.

Recursos do Vale Cap

O Vale Cap – título de capitalização comercializado na região do Vale do Paraíba - se faz cada vez mais importante para a sustentabilidade das APAES e para o aprimoramento do assessoramento que a FEAPAES-SP presta a suas filiadas. A compra dos 303 computadores é resultado da parceria com o título de capitalização. De acordo com o coordenador financeiro da FEAPAES-SP, Lucas Almeida, a escolha do modelo do

computador foi escolhido com critério. “Os computadores são o que há de melhor no mercado, equipados com placa de vídeo dedicada, boa memória e processador, além da webcam e garantia de três anos. Cada kit teve um custo de R\$ 3.916,67 e vem para contribuir ainda mais com o Programa de Tecnologia que a FEAPAES-SP já disponibiliza para as APAES, composto por site, programa de gestão Argus e pacote de email personalizável”, explica.

Segundo o cronograma de entrega, os demais conselhos deverão receber os computadores até o dia 12 de maio. Porém, devido a pandemia do Coronavírus, atrasos podem ocorrer.

Cristiany de Castro é presidente da FEAPAES-SP.



Por Luciano Zanella

(lucianoz@ipt.br) e

Wolney C. Alves

(wolneipt@ipt.br),

pesquisadores

Laboratório de Instalações

Prediais e Saneamento



Reúso de água agora tem norma brasileira

O uso eficiente de água foi contemplado, no ano de 2019, com acréscimo consistente no arcabouço normativo de referência. Foram publicadas duas novas normas ABNT:

•ABNT NBR 16782:2019 - *Conservação de água em edificações - Requisitos, procedimentos e diretrizes e*

•ABNT NBR 16783:2019 - *Uso de fontes alternativas de água não potável em edificações*

Documentos que, em conjunto com a norma:

•ABNT NBR 15527:2019 - *Água de chuva - aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis - Requisitos cuja revisão foi publicada em abril de 2019, embasam a aplicação dos conceitos de conservação e substituição de fontes de água em edificações.*

A elaboração das normas, que contou com a colaboração do IPT, congregou os esforços de mais de uma centena de profissionais de diversas instituições, dentre insti-

tutos de pesquisa, universidades, associações setoriais, construtoras, projetistas, fabricantes de equipamentos, sistemas e componentes.

Conservação e uso eficiente de água compreendem um conjunto de ações, técnicas e tecnologias que tem por fundamento criar estratégias de redução da pressão imposta aos mananciais e a busca a otimização do uso dos recursos hídricos.

A NBR 16782 define conservação de água em edifícios como “*o conjunto de ações que, além de otimizar a operação do sistema predial de modo a reduzir a quantidade de água consumida (gestão da demanda), promovem também o uso de água proveniente de fontes alternativas à água potável fornecida pelo sistema público ou privado (gestão da oferta).*”

De modo geral, a gestão da demanda de água busca promover ações diretamente no sistema hidráulico para que menor quantidade de água seja utilizada na rea-

lização das mesmas atividades. A gestão da oferta, por sua vez, tem como foco a redução do consumo de água potável pela substituição de fontes em processos específicos. Em ambos os casos, deve-se estabelecer e monitorar indicadores de quantidade e qualidade das águas e promover a disseminação dos resultados desses indicadores à população usuária. Ações de conscientização e capacitação para o correto uso, operação e manutenção dos sistemas é parte fundamental do processo.

A NBR 16782 cita como etapas fundamentais para que sejam adotadas as práticas de conservação de água a caracterização hídrica da edificação, que tem como fundamento a compreensão do ciclo da água na edificação a partir do balanço hídrico, e a elaboração da matriz de oferta e demandas de água potável e não potável, bases para a realização do estudo de viabilidade técnica e econômica que orientará a seleção das tecnologias e práticas aplicáveis. Dentre essas

Tabela 1 – Padrão de qualidade preconizado pelas normas NBR 15527 e 16783

parâmetro	ABNT NBR 15527	ABNT NBR 16783	
	Água de chuva	Demais fontes alternativas previstas na norma	Água de rebaixamento de lençol freático
pH	6,0 a 9,0		6,0 a 9,0
Turbidez	≤5 UT		≤5 UT
DBO _{5,20}	-		≤20 mg O ₂ /L
e. coli	≤ 200 NMP/100 mL		≤ 200 NMP/100 mL
cloro residual livre	0,5 mg/L a 2,0 mg/L se houver desinfecção com cloro		0,5 mg/L a 2,0 mg/L Máximo: 5,0 mg/L
Sólidos Dissolvidos Totais ou Condutividade elétrica	-		≤2.000 mg/L ou ≤ 3.200 µS/cm
Carbono Orgânico Total	-	-	< 4mg/L

Nota: para sistemas de resfriamento a água e outros usos não potáveis não citados nas normas de referência, o padrão de qualidade deverá ser estipulado e justificado pelo fornecedor do produto ou por profissional habilitado responsável. Outros parâmetros de qualidade devem ser considerados caso existam exigências devido ao uso de materiais e equipamentos específicos.

práticas de conservação destaca-se o uso de fontes alternativas de água, dentre elas, o reúso.

A norma NBR 16783 cita como principais fontes alternativas de água não potável: água de chuva, água pluvial, água de rebaixamento de lençol, água cinza (clara ou escura), água negra e esgoto sanitário. A utilização de água cinza, água negra ou esgoto sanitário é considerada como prática de reúso. O uso de água de chuva como fonte alternativa, citado pela NBR 16783, conta com uma norma específica dedicada a esse tema, a NBR 15527, cuja revisão foi publicada em abril de 2019. Outras fontes também podem ser utilizadas desde que devidamente justificadas pelo projetista que também deve definir os procedimentos e parâmetros de qualidade específicos.

Os principais usos previstos pelas supracitadas normas para as águas provenientes de fontes alternativas não potáveis são: descarga de bacias sanitárias e mictórios; lavagem de pisos, logradouros, pátios, garagens; lavagem de veículos; irrigação para fins paisagísticos; uso ornamental (fontes, charafizes e lagos); sistemas de resfriamento a água e arrefecimento

de telhados. Quanto a outros usos não previstos, as normas preconizam que parâmetros de qualidade específicos devem ser avaliados para cada situação pelo profissional responsável pelo projeto do sistema.

As novas normas estabelecem padrões de qualidade das águas provenientes de fontes alternativas para que elas possam ser utilizadas para os fins não potáveis especificados. Os valores preconizados podem ser observados na Tabela 1.

Para que atinjam os valores dos padrões de qualidade exigidos, as águas deverão passar por tratamento adequado.

As amostras para o monitoramento da qualidade da água devem

ser coletadas na saída do reservatório de distribuição, ou, na ausência deste, na saída do sistema de tratamento. A NBR 16783 também exige que seja feita uma coleta para análise da qualidade da água junto ao ponto de consumo mais distante do reservatório. O intervalo máximo entre coletas para análise pode ser observado na tabela 2.

As normas ainda trazem uma série de diretrizes e orientações sobre o projeto dos sistemas; materiais e componentes utilizados; tratamentos necessários; uso, operação e manutenção dos sistemas; armazenamento e distribuição da água de fontes alternativas; identificação e comunicação e documentação exigida.

Ressalta-se que a melhoria na eficiência do uso da água congrega práticas que podem ser aplicadas a todo e qualquer edificação, mas a substituição de fontes, quer seja pelo aproveitamento de água de chuva ou pelas práticas de reúso, devem ser avaliadas caso a caso quanto à viabilidade técnica e econômica já que sua aplicação nem sempre é possível tecnicamente e nem sempre é vantajosa economicamente ao usuário, em que pese os benefícios ambientais envolvidos, preceitos adotados e recomendados pelo conjunto de normas agora em vigor.

Tabela 2 - intervalo máximo entre coletas para análise da qualidade de águas de fontes alternativas para fins não potáveis

parâmetro	ABNT NBR 15527	ABNT NBR 16783	
		Edificação Unifamiliar/Individual	Edificação Multifamiliar/Coletiva
pH	semestral	semanal	diária
cloro residual livre	-	semanal	diária
turbidez	semestral	semanal	semanal
condutividade ou sólidos dissolvidos totais	-	mensal	semanal
e. coli	semestral	mensal	mensal
DBO _{5,20}	-	mensal	mensal
carbono orgânico total	-	semestral	semestral

Panorama Feminino

É o tema da série de artigos publicados pela Associação Movimento Mulheres da Verdade, presidida por Sileni Rolla, e organizada pelas competentes Maria Inês Dolci e jornalista Elly Martins. Pude fazer o artigo “A Necessária participação política da Mulher”.

Dia Nacional...

... da Mulher, 30 de abril, instituído pela lei federal 6971/80, para homenagear a líder do Movimento Feminista no Brasil, a enfermeira Jerônima Mesquita, foi lembrado em bela mensagem pela vereadora Rita de Cássia, de Taboão da Serra.

Live 1

Em tempo de pandemia, as pessoas e entidades tem feito lives para se comunicarem. A vereadora Adriana Ramalho (São Paulo) fez ótimas lives, entre as quais, com o ex-deputado Ramalho da Construção, Presidente do Sinracon, com a Dra. Kátia Boulos e com atuante Eunice Cabral, presidente do Sindicato das Costureiras.

Live 2

A vereadora Janaína Lima (São Paulo) divulgou o Fórum de Empreendedores em parceria com a Escola de Tubarões, liderada por Cris Arcangeli, que realizou live com “feras” do empreendedorismo, como Luíza Trajano.

Itapetininga

A prefeita Simone Curraladas dos Santos está à frente do trabalho para proteção da população, tendo entregue um Hospital de campanha em tempo recorde. No município é obrigatório o uso de máscaras e foi criada a Campanha Amigo Voluntário de Itapetininga, para receber doações para compra de equipamentos hospitalares e matérias de proteção aos funcionários - amigovoluntario@itapetininga.sp.gov.br

Cartilha

“Mulheres na Covid-19”, foi lançada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (Cristiane Britto), com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Trata de prevenção, empreendedorismo, enfrentamento à violência e mercado de trabalho.

Dra. Mayara

A Dra. Mayara Mathias, secretária Adjunta de Políticas para as Mulheres, com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (São Paulo), Cláudia Carletto, têm se desdobrado para levar apoio às mulheres vitimas de violência.

Nova Geração

Jornal do município de Queluz fez uma bela reportagem sobre a Nova Geração de Mulheres na Política, fcom referências elogiosas ao importante trabalho realizado pela vereadora Kácia Nemetala.

Theodosina Ribeiro

Primeira Deputada estadual negra e primeira vereadora negra de São Paulo faleceu em abril, deixando saudades e trabalhos importantes. A Medalha Dra. Theodosina Ribeiro 2020 foi entregue na Alesp, pela deputada Leci Brandão, a 16 Mulheres. Em edições anteriores também houve homenagens importantes a mulheres que se destacaram, como a Cidinha Raiz.

Economistas

Sob o tema “Expectativas para a Mulher, no futuro próximo, numa visão de mulheres economistas” e sob a coordenação da Professora Dra. Nancy Gorgulho Chaves Braga, primeira Mulher a presidir o Conselho Regional de Economia de São Paulo, foi realizado o IV Fórum das Mulheres Economistas do Estado de São Paulo, com ótimos resultados.

Por
Marilene
Mariotttoni



Amélia Naomi

Atuante vereadora de São José dos Campos, tem intensa atividade em defesa das mulheres e da população, realizando lives para discussões e é autora de projeto de lei que obriga o uso de máscaras contra o Coronavírus.

Elas na Indústria

Seminário bem organizado e realizado na Fiesp, teve expressiva participação, pronunciamentos como os de Carlos Eduardo Trombini, presidente do Sindratar-SP, de Ana Fontes (Rede Mulheres Empreendedoras) e de Adriana Carvalho (ONU Mulheres) e a entrega do Prêmio “Agora é que são Elas”.

10º Fórum

A CKZ Agência já tem programado o 10º Super Fórum Diversidade&Inclusão, juntando o Fórum Gestão da Diversidade & Inclusão e o Fórum Diversidade no Conselho, para os dias 20 e 21 de outubro, com o apoio da APM e a cooperação da ONU Mulheres e do He for She.

Ibirá

A vereadora Sônia Beolchi está procurando investidor para a reativação de antigo Hotel das Termas de Ibirá, com a geração de empregos e de renda ao município.

Clementina

Sob a coordenação da prefeita Célia Freitas Galhardo, a Prefeitura de Clementina está fazendo esforços para que a população se previna do coronavírus e faça a quarentena, divulgando várias ações.

Marilene Mariotttoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemarioton@uol.com.br



Heróis e Heroínas

O conceito de herói depende da visão de mundo de cada cidadão, razão de ser tão pessoal e resultando do seu conhecimento.

Como temos o privilégio de ter espaço nessa Revista editada pela APM-Associação Paulista de Municípios, registramos o que entendemos por herói ou heroína. O Dr. Carlos Cruz, presidente da Entidade, já disse: os prefeitos são heróis, e concordamos em gênero, número e grau com ele pois convivemos com 12 deles nos 32 anos que trabalhamos na Prefeitura Municipal de Rio Claro. E com suas esposas que consideramos Heroínas. É possível que algum leitor(a) diga até rindo: imagine! E a generalização desse preconceito pelo desconhecimento, leva a imagem errada desse gestor, diretamente em contato com o município que pleiteia – e com razão – moradia, educação, saúde, transporte e outros. E isso se agrava pela falta de conhecimento de muitas pessoas que do Fundo de Participação dos Municípios, resultante do IR e IPI, a menor fatia desse bolo tributário fica para os municípios; uma pouco maior para os estados e a maior e grande fatia para a União que cobra muitos impostos: II - de Importação, IE de Exportação, IPI-sobre Produtos Industrializados, IOF-Operações financeiras, IRPJ - que incide sobre a renda bruta das empresas, IRPF- que incide sobre a renda bruta do cidadão e ITR - sobre propriedade Territorial Rural, além das Contribuições COFINS, CIDE, CSLL, INSS, FGTS e PIS/PASEP. O Esta-



do cobra o ICMS e o ITCMD. E o município cobra o IPTU, o ITBI, ISS. Esse quadro não elenca as taxas federais, estaduais e municipais, o que aumentaria ainda mais a desigualdade na arrecadação, sempre em detrimento dos municípios. Se esse disparate na arrecadação sempre causou dificuldades para os gestores públicos municipais, imaginemos nesse momento de pandemia do coronavírus quando os infectados, não infectados, falta de leitos, medidas preventivas, falta de equipamentos, de vacina, desconforto gerado pelo isolamento vertical, tudo isso no município, distante do Governador e do Presidente da República. E as Primeiras Damas e Presidentes de Fundos Municipais que cuidam do desenvolvimento e assistência social nunca tiveram demanda maior. Por isso nossa compreensão e respeito por

esses heróis e heroínas.

Com grande destaque, Heróis e Heroínas, médicos(as) enfermeiros(os), funcionários(as) e todos os agentes de saúde que arriscam a vida pelo dever ou em benefício de outrem.

Heróis e Heroínas os trabalhadores(as) – e são tantos que não caberiam nesse espaço – que também por dever de trabalho e necessidade transitam e continuam trabalhando em benefício do coletivo, colocando em risco a própria vida.

Para todos, RESPEITO, ADMIRAÇÃO E GRATIDÃO.

Dalva Christofoletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME-Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



Março



Inicialmente batizada como Sertão dos Olhos-d'Água devido ao grande número de nascentes aqui encontradas. Elevada à condição de município em 1917. Hoje considerada como um dos polos turísticos mais importantes do Estado de São Paulo. Sua economia também é baseada na agroindústria e comércio, mas o Turismo vem se destacando e ganhando impulso com a expansão do Parque Aquático Thermas dos Laranjais. Olímpia tem hoje, aproximadamente 55 mil habitantes.

Dia 04 - Queluz

Dia 05 - Ribeirão Bonito



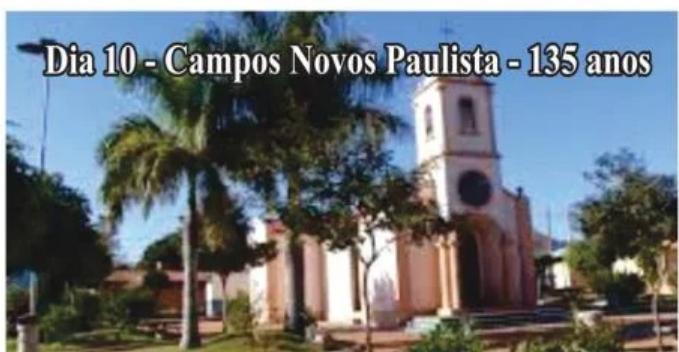
O nome Lourdes, é uma homenagem a uma senhora, que se chamava Lourdes, de fato, que doou parte de suas terras, que deu origem ao município. A partir de 18 de fevereiro de 1959, Lourdes foi elevada à categoria de distrito do município de Turiúba. Permaneceu durante um longo período vinculado a essa cidade de formação e desenvolvimento impulsionados por atividades agro-pastoris. Em 30 de dezembro de 1991, tornou-se município. Possui hoje aproximadamente 2 mil habitantes.

Dia 06 - Itaporanga
Dia 07 - Pirangi



A história de Tietê teve suas origens com os bandeirantes e portugueses que desbravavam o Sertão Paulista navegando pelo Rio Tietê. Em 1570, como relatam as crônicas do Padre José Anchieta, ocorreu entre Porto Feliz e Tietê um naufrágio. Este relato indica a presença de colonizadores desde o início do descobrimento. O Rio Tietê era conhecido como Rio Anhembi, que em tupi guarani significava Rio das Anhumas (ave típica da região do Tietê), só mais tarde os bandeirantes o denominaram Tietê, assim chamado pelos índios habitantes dessa região. Se tornou município em 1842. Tem hoje 42 mil habitantes.

Dia 09 - Altinópolis
Dia 09 - Cachoeira Paulista
Dia 09 - São José do Barreiro



Por volta de 1852, José Teodoro de Souza, mineiro de Pouso Alegre, acompanhado de família e amigos, chegou à região, onde construiu diversas casas e iniciou as primeiras plantações. A povoação foi elevada a Distrito de Paz, em 1880, no Município de Santa Cruz do

Rio Pardo, com o nome de Campos Novos e, em 1885, emancipou-se, construindo o Município de Campos Novos do Paranapanema. Foi ainda elevado à comarca em 1892, posteriormente transferida para Assis. Em 1948 passou a se chamar Campos Novos Paulista. Hoje tem em torno de 5 mil habitantes.

- Dia 10 - Eldorado**
- Dia 10 - Ituverava**
- Dia 10 - Monte Aprazível**
- Dia 10 - Patrocínio Paulista**
- Dia 11 - Angatuba**
- Dia 12 - Itapirapuã Paulista**
- Dia 12 - Nova Campina**
- Dia 12 - Paraguaçu Paulista**
- Dia 12 - São Lourenço da Serra**



O município foi fundado no ano de 1941, por Antônio Zacarias, tornando-se um povoado, pertencente na época, ao município de Monte Aprazível. No dia 24 de dezembro de 1948 foi elevada a distrito do município de Planalto, onde permaneceu como distrito durante 44 anos. Obteve autonomia político-administrativa somente em 30 de dezembro de 1991, com a criação do município. A cidade tem atualmente 2,7 mil habitantes.



São Sebastião foi um dos primeiros povoados estabelecidos na costa brasileira, elevado à vila em 1636. A cidade recebeu este nome em homenagem ao santo do dia em que passou a expedição de Américo Vespúcio em 1502. Antes da colonização portuguesa, a região era ocupada por índios Tupinambás ao norte e Tupiniquins ao sul, sendo a Serra de Boiçucanga uma divisa natural das terras. Os escravos africanos também tiveram papel rele-

vante no desenvolvimento de São Sebastião, já que em 1798 a cidade já contava com mais de 2.300 escravos. Atualmente tem 89 mil habitantes.

- Dia 13 - Sarapuí**
- Dia 14 - Batatais**
- Dia 16 - Guareí**
- Dia 17 - Indiana**
- Dia 18 - Jaborandi**
- Dia 19 - Arandu**
- Dia 19 - Aspásia**
- Dia 19 - Caiuá**
- Dia 19 - Corumbataí**



A região foi explorada desde o bandeirantismo, na época que desciam o rio Tietê, em direção ao oeste, mas a colonização efetiva somente teve início entre os anos de 1883 e 1886, quando o Coronel José de Salles Leme, o "Nhô de Salles", procedeu o desmatamento para cultivo de café e criação de gado, introduzindo grande número de imigrantes italianos. O desenvolvimento do Município somente ocorreu por volta de 1940, com novos loteamentos, melhoramentos públicos, instalação de pequenas indústrias e cultura da cana-de-açúcar que possibilitou uma grande demanda de mão-de-obra. A cidade tem hoje aproximadamente 36 mil habitantes.

- Dia 19 - Flora Rica**
- Dia 19 - João Ramalho**
- Dia 19 - Meridiano**
- Dia 19 - Panorama**
- Dia 19 - São José do Rio Pardo**
- Dia 19 - São José do Rio Preto**
- Dia 19 - Taiaçu**
- Dia 20 - Piquerobi**
- Dia 21 - Américo Brasiliense**
- Dia 21 - Barão de Antonina**
- Dia 21 - Barra do Turvo**
- Dia 21 - Borborema**
- Dia 21 - Campo Limpo Paulista**
- Dia 21 - Coronel Mamede**
- Dia 21 - Estrela do Norte**
- Dia 21 - Francisco Morato**

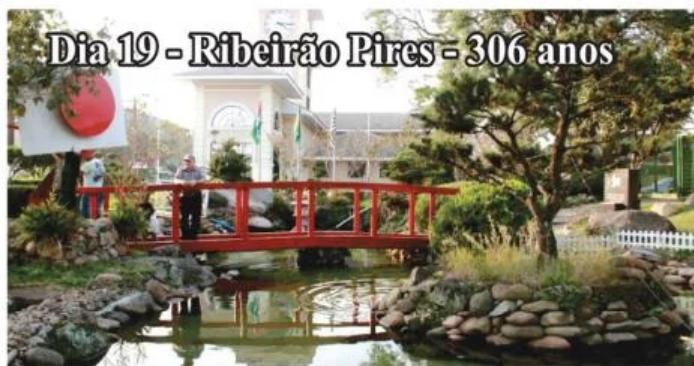


Dia 19 - Cravinhos - 144 anos



Após o declínio das terras do Rio de Janeiro, em 1876, quando a produção do café diminuiu, a família Pereira Barreto, que possuía grande experiência na cultura do café, decidiu sair em caravana pelo sertão paulista. Ao chegarem no estado foram até a Fazenda Cravinhos e notaram que era exatamente o que procuravam: 800 alqueires de terra roxa com grande aspecto fértil das plantações. Em 23 de novembro de 1883 foi inaugurada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. O nome Cravinhos origina-se da flor Cravina, pequenos cravos, que havia em grande quantidade nos canteiros da Fazenda Cravinhos e na região. O município tem aproximadamente 35 mil habitantes.

Dia 19 - Ribeirão Pires - 306 anos



Ribeirão Pires, devido à sua posição geográfica, foi usada como passagem obrigatória àqueles que vinham da região portuária de Santos e pretendiam chegar aos campos de Piratininga (em tupi, 'peixe seco'). A partir de 1558, o território do atual município de Ribeirão Pires foi incorporado a São Paulo de Piratininga, formando uma vasta área territorial. A partir do dia 25 de março de 1714, com a construção da Igreja Nossa Senhora do Pilar, o povoamento de Ribeirão Pires ganhou novo impulso. Famílias que chegavam passaram a construir casas, igrejas e a dinamizar o comércio. Atualmente tem 123 mil habitantes.

Dia 21 - Itapura

Dia 21 - Itupeva

Dia 21 - Lindóia

Dia 21 - Louveira

Dia 21 - Mira Estrela

Dia 21 - Mombuca

Dia 21 - Dumont - 55 anos



A origem do município de Dumont é devido ao Engenheiro Henrique Dumont, pai de Alberto Santos Dumont que, em 1879, adquiriu a Fazenda Arindeuva, na zona de Ribeirão Preto. O desenvolvimento da Fazenda, que passou a se denominar Fazenda Dumont, levou ao desdoblamento dos cafezais e à implantação de unidades a serviços de apoio, entre eles a construção de uma estrada de ferro com 30 quilômetros, para escoamento da produção cafeeira. Promoveu ainda o incentivo à introdução de imigrantes europeus em substituição ao trabalho escravo. Tem hoje aproximadamente 9,9 mil habitantes.

Dia 21 - Iperó - 55 anos



A colonização da região remonta ao século XVII, com o movimento dos bandeirantes, na caça de índios, quando se fixaram com suas famílias em sítios e fazendas. A Estrada de Ferro Sorocabana, atual FEPASA, iniciou em 1927, os serviços de terraplanagem na região, para a ampliação de sua rede ferroviária, tendo inaugurado, em 1929, uma estação com o nome de Santo Antônio da Sorocabana. Passou a denominar-se, em 1950 "Iperó" (nome do rio nos limites da cidade), porque uma comissão Geográfica de Estado havia constatado outra cidade de nome Santo Antônio. Iperó, de origem indígena, significa "água profunda e revolta". Possui atualmente 37 mil habitantes.

Dia 21 - Monções

Dia 21 - Narandiba

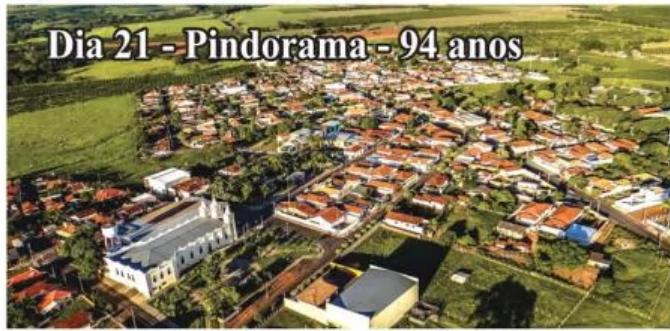
Dia 21 - Nova Independência

Dia 21 - Orindiúva

Dia 21 - Rafard



A história de Ipeúna remonta ao ano de 1890, quando Vicente Barbosa, considerado o fundador da mesma, doou uma área de seis alqueires de terras, na região conhecida como Santa Cruz da Invernada, local onde se ergueu uma capela, cuja padroeira era Nossa Senhora da Conceição. Em 1944, passou a se chamar "Ipeúna", significando 'ipê preto'. Em 1964, a Assembleia Legislativa do Estado promulga a elevação do Distrito à categoria de Município. A população atual é de aproximadamente 7,5 mil habitantes.



Até o ano de 1907, a região era plena mata virgem, surgindo depois os primeiros desbravadores. Em 1909 com os trilhos da estrada de ferro Araraquara, o povoado teve os primeiros surtos de progresso. O seu nome é de origem indígena e significa região ou país das palmeiras. Em 1929, Pindorama surgiu como um dos maiores centros, na produção cafeeira do estado. Foi elevado a município em 31 de dezembro de 1925, sendo instalado a 21 de março de 1926. A cidade tem 17 mil habitantes.



João Antônio de Siqueira adquiriu de Manoel Ponciano Leite, em 1829, cerca de 1044 alqueires de terras, na região de São José do Rio Preto, aí estabelecendo-se

com numerosa família. As primeiras casas de pau-a-pique começaram a ser edificadas em 1907, substituídas em pouco tempo, por alvenaria. A povoação continuou seu desenvolvimento sendo criado, em 1919, o Distrito de Paz, com a denominação Potirendaba. O topônimo, de origem indígena, significa lugar ou sítio das flores. A cidade tem aproximadamente 17 mil habitantes.



O desbravamento das terras da margem esquerda do rio Novo iniciou-se com a chegada da família de Silvério Pinto, em 1900, junto à aquele que mais tarde tomou o nome de Ribeirão dos Pintos. A fertilidade do solo desde logo provocou a atração de colonos espanhóis e italianos para a cafeicultura, desenvolvendo-se o povoamento da região. E, em 1929, inaugura-se a capela de madeira. Em 1965, ganhou a autonomia municipal, alterando-se o nome para Ribeirão do Sul. Possui em torno de 4,5 mil habitantes.

Dia 21 - Roseira

Dia 21 - Santa Clara D'oeste

Dia 21 - Santa Ernestina

Dia 21 - Santana da Ponte Pensa

Dia 21 - Tarabáí

Dia 21 - Teodoro Sampaio

Dia 21 - União Paulista

Dia 22 - Aparecida D'Oeste

Dia 22 - Canas

Dia 22 - Nova Granada



O surgimento do vilarejo de Arco-Íris ocorreu no ano de 1920. Nessa época, atraído pela fertilidade das terras e pela quantidade de madeira de lei, João Florenço deixou a cidade de Glicério para se estabelecer no local,



iniciando o plantio de cereais. O interesse pelo local foi despertado por outras pessoas, chegando também outro pioneiro, o Sr. Joaquim Dias de Souza, instalando no vilarejo o primeiro armazém da Vila Santa Helena, onde hoje está localizado o centro urbano. Com a possibilidade de elevação da Vila Santa Helena à categoria de distrito, passou-se a discutir a mudança do nome, estabelecendo-se aí, o nome de Arco-Íris. O município tem hoje 1,8 mil habitantes.



O município de Quadra foi criado recentemente, em 30 de dezembro de 1993. Antes, havia sido distrito no município de Tatuí, condição assumida em 18 de dezembro de 1912. Ficou durante longo período sob a administração de Tatuí, acompanhando o desenvolvimento de uma região colonizada no final do século XVIII e início do XIX, cujo crescimento resultou, principalmente, de atividades ligadas à agricultura. A cidade tem aproximadamente 3,8 mil habitantes.

Dia 22 - Onda Verde

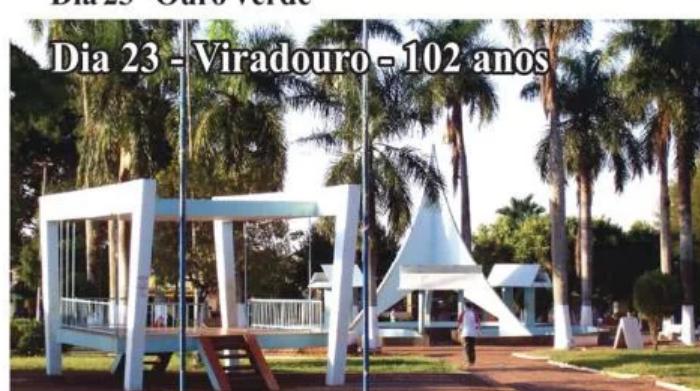
[Dia 22 – Pracinha](#)

[Dia 22 – Pratânia](#)

[Dia 22 - Santa Adélia](#)

[Dia 22 - Santa Salete](#)

[Dia 23 - Ouro Verde](#)



Em 1897, um grupo de fazendeiros da região promoveu um movimento para fundação de um patrimônio, cabendo ao Capitão Jerônimo da Silveira arrecadar fundos para aquisição dos 25 alqueires de terras. O nome Viradouro originou-se de uma fazenda assim denominada por Hipólita Placidina da Silveira, mulher do Capitão Machado da Silveira, em virtude de ser a sede da fazenda, o ponto terminal de uma estrada, o que obrigava o viajante a voltar do local, já que não havia caminho para frente. A Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, em 1913, atingiu o distrito. A localidade foi elevada a município em 1918. Tem hoje 19 mil habitantes.

Dia 22 - Quadra - 23 anos

nada por Hipólita Placidina da Silveira, mulher do Capitão Machado da Silveira, em virtude de ser a sede da fazenda, o ponto terminal de uma estrada, o que obrigava o viajante a voltar do local, já que não havia caminho para frente. A Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, em 1913, atingiu o distrito. A localidade foi elevada a município em 1918. Tem hoje 19 mil habitantes.

Dia 24 - Ibiúna - 163 anos



A colonização da região iniciou-se com a fazenda de Manoel de Oliveira Carvalho que, em 1711, recebeu uma sesmaria de uma légua em quadra. Por volta de 1760, foi construída uma capela sob invocação de Nossa Senhora das Dores. Única num grande território, esta sediou uma pequena povoação que se fixou ao seu redor. O topônimo atual Ibiúna, adotado somente em 1944, é de origem indígena que significa terra escura ("ibi = terra, "una" = preto, escuro). A partir da criação do Município, em 1857, novos lavradores afluíram à região dedicando-se ao extrativismo vegetal e mineral. A cidade possui aproximadamente 79 mil habitantes.

Dia 24 - Araras

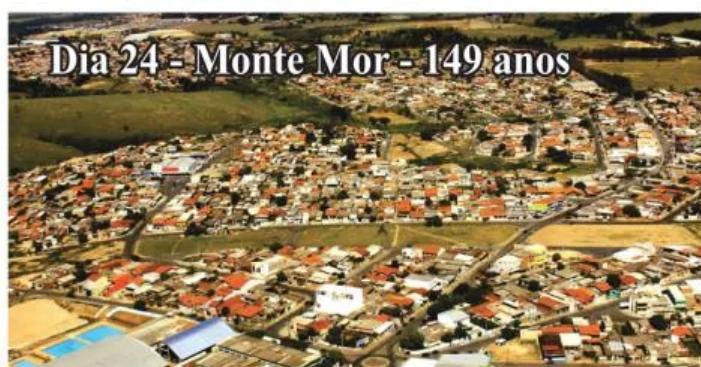
[Dia 24 – Cabreúva](#)

[Dia 25 – Getulina](#)

[Dia 26 - Barueri](#)

[Dia 26 - Capela do Alto](#)

Dia 24 - Monte Mor - 149 anos



Muito tempo antes de o Brasil ser descoberto pelos portugueses, a área que compreende Monte Mor já era conhecida e habitada por índios da tribo Tupi-Guarani. Fatores como a boa qualidade do solo e a água em abundância, contribuíram para atrair e fixar o homem neste local. Mais tarde, os cargueiros, vindos de Piracicaba,

encontravam nas terras de Monte Mor condições adequadas para o pouso. A instalação de indústrias nos últimos anos, facilitada ainda pelos múltiplos loteamentos de baixo custo, feitos a pagamento de longo prazo, intensificaram a migração para Monte Mor. Tem atualmente 60 mil habitantes.



Itirapina surgiu de uma antiga povoação em terras de São João do Rio Claro, com o nome de Nossa Senhora da Conceição da Serra do Itaqueri, cuja capela sob invocação dessa Santa, foi curada em 1839. Em 1885 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou a estação de Morro Pelado, próxima ao monte de igual nome, para onde a povoação de Itaqueri da Várzea se transferiu devido à maior facilidade de acesso a outros centros, recebendo, também, o nome de Morro Pelado e, em 1900, essa denominação foi alterada para Itirapina, que na língua tupi significa 'morro pelado'. Em 1935, foi instalado o município de Itirapina. Atualmente tem 18 mil habitantes.

Dia 26 - Carapicuíba

Dia 26 - Ipuã

Dia 26 - Poá

Dia 26 - Riolândia

Dia 26 - Santo Antônio do Jardim

Dia 26 - Terra Roxa

Dia 27 - Bento De Abreu

Dia 27 - Itirapuã



O povoado surgiu em fins do século XVI ou meados do século XVII, em torno da Capela de Nossa Senhora do Desterro. Em 1696, o povoado foi elevado à categoria de vila de Nossa Senhora do Desterro de Juqueri. No

ano de 1783 passou a ser Paróquia; a capela transformou-se em igreja e passou por diversas modificações. A Vila de Juqueri adentrou o século XVIII como fonte de produtos agrícolas para São Paulo, chegando a produzir algodão e vinho para exportação. O nome Mairiporã foi sugerido em 1948, significando, em tupi-guarani, "cidade bonita". Tem hoje em torno 100 mil habitantes.

Dia 27 - Presidente Epitácio

Dia 28 - Dobrada

Dia 28 - Embu-Guaçu

Dia 28 - Juquitiba



Do espírito de pioneirismo dos bravos idealistas, Senhor Américo Guzzo, proprietário de terras na gleba do atual município, que contou com a colaboração dos Senhores Feliciano Sales Cunha e Arlindo Alves, entre outros, foi fundada Guzelândia, em 1946. Nasceu na parte sudoeste do atual município, encravada na Fazenda barreiro, atualmente dividida em várias propriedades. Em 1958 foi elevada à categoria de Distrito e em 1964 foi elevada à categoria de município. Tem hoje 5 mil habitantes.

Dia 28 - Queiroz

Dia 28 - Uchoa

Dia 29 - Pirajuí

Dia 30 - Jambeiro

Dia 31 - Borá

Dia 31 - Fartura



Proveniente de Batatais, o Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira fundou o povoado de Vila Orlando ainda no século passado, junto aos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Por esforço do Coronel, aliado a um conjunto de fatores, o povoado se desenvol-



veu, criando-se o Distrito de Paz, em 1909, com o nome de Orlândia, em homenagem ao fundador, e na mesma data passou a município. A cidade tem aproximadamente 44 mil habitantes.

Abril

Dia 01 - Arealva

Dia 01 - São Miguel Arcanjo



A história do município de Alumínio iniciou quando o Cel. Antônio Proost Rodovalho tomou conhecimento das reservas de calcário existentes. Ao comprar a fazenda surgiu a primeira iniciativa para a fabricação de cimento. Em 19 foi construída uma grande fábrica de cimento em Votorantim, chamada "Cimento Votoran", prevalecendo com esse nome até os dias atuais. Em 1941, iniciou-se a montagem da fábrica de alumínio com a perspectiva de exploração do minério da bauxita, para a produção de alumínio. Em 1955 inaugurou a Cia. Brasileira de Alumínio, empresa hoje conhecida mundialmente. A população atual é de 18 mil habitantes.

Dia 02 - Capão Bonito - 163 anos



O pequeno povoado que deu origem ao município começou por volta de 1746 e foi fundado por moradores atraídos pelos minérios preciosos encontrados nos rios das Almas. Com a escassez do ouro no rio das Almas, os moradores da Freguesia Velha não encontraram alternativa a não ser a busca por novos horizontes. Aos poucos, o povoado que deu origem ao atual município de Capão Bonito foi se esvaziando e deixando traços de abandono e ruínas, alguns ainda insistiam na atividade econômica. Deu-se início a um novo povoado que foi batizado de Capão Bonito do Paranapanema. Possui hoje 47 mil habitantes.

Dia 02 - Cotia

Dia 02 - Pacaembu

Dia 02 - Pongaí

Dia 02 - Suzano

Dia 02 - Vinhedo

Dia 02 - Ubirajara

Dia 03 - Cerquilho

Dia 03 - Jacareí

Dia 03 - Planalto

Dia 03 - Reginópolis

Dia 04 - Alfredo Marcondes

Dia 04 - Aramina

Dia 04 - Cruzália

Dia 04 - Itajobi

Dia 04 - Jaci

Dia 04 - Marília

Dia 05 - Mococa - 164 anos



Conta a história que, em 1839, o abastado lavrador Antônio José Gomes e sua mulher, doaram a São Sebastião 16 alqueires de terra. Quatro anos depois, o povoado transferiu-se as margens do Ribeirão do Meio. Em 1814, erigia-se no local a Capela Curada, com o nome de São Sebastião da Boa Vista. O nome Mococa apareceu em 1844, quando o capitão-mor Custódio José Dias, que fora até ali para caçar, empregou a frase: "Olhem aí para a mocoquinha". A comarca Mococa foi criada em 1892. A cidade possui hoje 69 mil habitantes.

Dia 07 - Araçoiaba da Serra - 163 anos



Araçoiaba da Serra começou em uma região que, desde meados do século XVI, vinha sendo percorrida por bandeirantes em busca do ouro. Em lugar de ouro encontraram minério de ferro em grande quantidade. Alguns mineradores construíram, então, um forno à margem do ribeirão para melhor explorar as jazidas,

formando as bases de uma das primeiras fábricas de beneficiamento de ferro do país, a futura Fábrica de Ferro Ipanema. Não tardou, porém, para que fosse transformado em município, em 1936. O nome Araçoiaba foi dado pelos índios tupiniquins, que significa “esconderijo do sol”. Tem hoje aproximadamente 34 mil habitantes.

Dia 06 - Pedra Bela

Dia 07 - Jeriquara

Dia 07 - Oleo

Dia 07 - Ribeirão Corrente

Dia 07 - Torrinha

Dia 08 - Santo André



Dia 08 - Amparo - 191 anos

Por volta de 1824 construíram, às margens do rio Camanducaia, uma capela em louvor à Nossa Senhora do Amparo. Os proprietários da região dedicavam-se ao plantio de feijão, milho, arroz, algodão e criação de suínos, para abastecimento da cidade de São Paulo. Nessa época, a cultura de café teve grande impulso. Em 1875, foi inaugurada a Estrada de Ferro Mogiana que contribuiu para o desenvolvimento da região. Em 25 de outubro de 1945 foi decretada a Estância Hidromineral de Amparo. O município tem hoje 72 mil habitantes.



Dia 09 - Mogi-Guaçu - 143 anos

O município de Mogi Guaçu é cortado pelo rio que originou seu nome, cujo significado na língua dos primeiros habitantes é 'Rio Grande das Cobras'. O desenvolvimento econômico começou com a produção de café e após a instalação do ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1875. Com a abolição da escravatura, deu-se início à fase industrial através de imigrantes italianos que instalaram as primeiras cerâmicas. O pioneiro foi o Padre José Armani com sua

fábrica de telhas. As cerâmicas ainda fazem parte do cenário empresarial do município. O município tem atualmente 152 mil habitantes.

Dia 09 - Conchal

Dia 09 - Cubatão

Dia 09 - Itariri

Dia 09 - Pedro de Toledo

Dia 09 - Pirapozinho

Dia 10 - Álvares Florence - 71 anos



No final do século passado aportou nestas paragens o senhor Joaquim Pedro da Silva, que como possuinte abriu a primeira morada desta região, onde constituiu enorme família. O pequeno lugarejo passou a ser conhecido como São João Batista do Marinheiro. Em 1926 o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Paz, criado no município de Tanabi, comarca de São José do Rio Preto. O nome Álvares Florence, foi dado em homenagem ao já falecido presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na época. Tem hoje 3,7 mil habitantes.

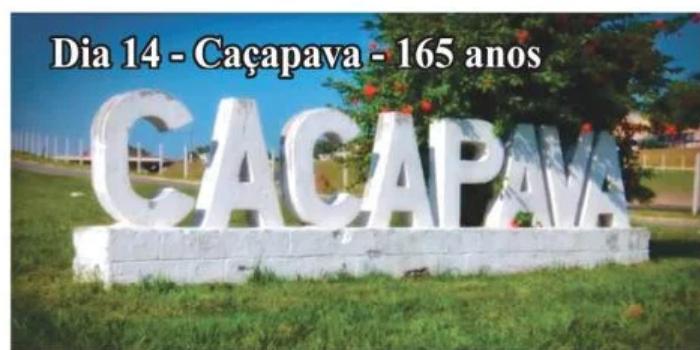
Dia 10 - Ariranha - 97 anos



A povoação de São João do Ariranha, fundada por Januário D'Antônio, em 1892, constituiu o seu patrimônio por doação de terras do próprio fundador. A antiga povoação localizava-se nas proximidades do córrego Ariranha, afluente do Ribeirão da Onça e daí decorre o topônimo Ariranha, que no tupi, “írára-ana”, significa “parecido com irara”, um carnívoro da mesma espécie das lontras. No início, era apenas um pouso de tropeiros, no local chamado Três Marias, ao lado do qual foi construída uma capela e uma cruz de madeira. Aos poucos, foram surgindo novas construções, desenvolvendo-se o povoado. A cidade tem atualmente 9,7 mil habitantes.



Dia 14 - Caçapava - 165 anos



No médio curso do rio Paraíba, em 1705, no local denominado “caa-çapaba”, do tupi “caa=mato e “çapa=clareira”, estabeleceu-se o fazendeiro Paulista, Jorge Dias Velho, que construiu uma capela em louvor a Nossa Senhora da Ajuda. A partir de 1842, por questões de desavenças políticas o povoamento se deslocou alguns quilômetros além de Caçapava- velha, em sítio mais próximo do rio Paraíba, na fazenda do Cel. João Dias da Cruz Guimarães, que doou terras para construção de outra capela sob o orago de São João Batista. Em 1855, foi elevado à categoria de Vila, chegando já em 1875, à cidade, passando a capela de São João Batista a ser a Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda. Atualmente possui 94 mil habitantes.

Dia 10 - Artur Nogueira

Dia 10 - Juquiá

Dia 10 - Pontes Gestal

Dia 10 - Serrana

Dia 11 - Cafelândia

Dia 14 - Botucatu

Dia 14 - Catanduva

Dia 14 - Gália

Dia 15 - Anhembi

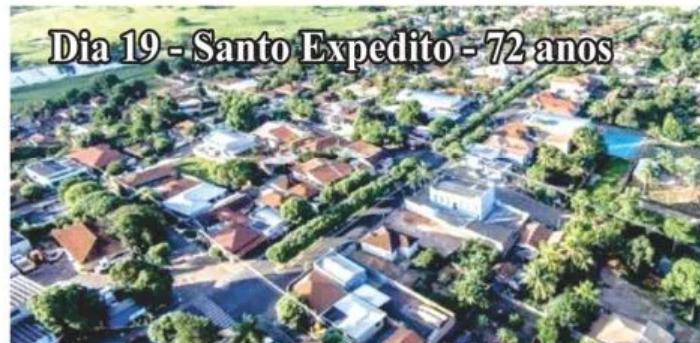
Dia 15 - Iacanga

Dia 15 - Jales

Dia 17 - Jarinu

Dia 18 - Bilac

Dia 19 - Santo Expedito - 72 anos



A história de Santo Expedito remonta de 1943, quando chegaram à região, de certa maneira ainda hostil, Joaquim José Passos e Arthur Bispo de Oliveira, trazendo

com eles várias famílias, que, em busca de novas perspectivas de trabalhos e de melhores condições econômicas, foram de fato os pioneiros, os desbravadores da região. Em 1948 foi criado o Município de Alfredo Marcondes, passando a povoação de Santo Expedito à categoria de Distrito do referido Município. Em 1958, ocorreu a emancipação política de Santo Expedito. A cidade tem cerca de 3 mil habitantes.

Dia 21 - Colina - 94 anos



A cidade de Colina, foi fundada pelo Cel José Venâncio Dias, que doou terras de sua propriedade - fazenda Colina, para formação do patrimônio. No início do século XX, em função da expansão da cafeicultura no norte do Estado, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro construiu uma estação no povoado. O café, cultivado em larga escala, possibilitou o desenvolvimento de Colina, onde, em 1925, foi elevado a município. A cidade tem aproximadamente 18,5 mil habitantes.

Dia 20 - Águas de Santa Bárbara

Dia 20 - Caraguatatuba

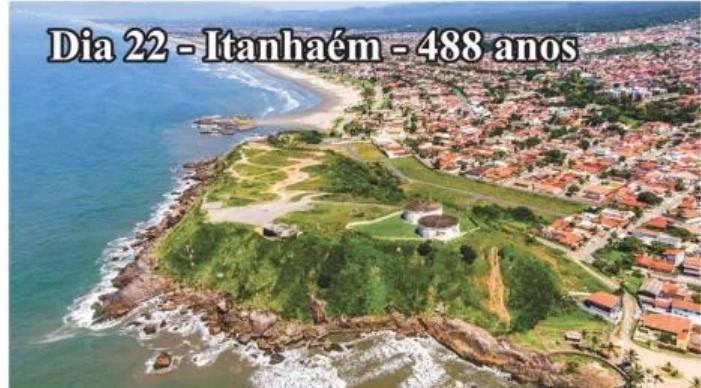
Dia 20 - Cunha

Dia 20 - Paranapanema

Dia 21 - Bofete

Dia 21 - Lins

Dia 22 - Itanhaém - 488 anos



A Vila de Itanhaém é considerada a segunda povoação fundada por Martim Afonso de Souza, entre 1532 e 1533. O nome decorre de “itá-nhaé”, que significa bacia ou panela de pedra, usada pelos indígenas. A povoação

que se desenvolveu foi localizada à margem esquerda do rio Itanhaém, em grande parte com a colaboração dos missionários Franciscanos no século XVII e da Companhia de Jesus, estes últimos expulsos no século XVIII, que catequisaram os índios itanhaens. A Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém foi constituída em abril de 1561. Somente em 1906, o topônimo passou a Itanhaém. O município conta hoje com 102 mil habitantes.



Dia 25 - Tejupá - 55 anos

As primeiras notícias que se tem da cidade de Tejupá remontam ao fim do século XIX, por volta de 1868, com a criação do povoado de Nossa Senhora da Patrocínio, pelas famílias Leal, Ilhéus e Pifanos. O topônimo Tejupá, segundo a tradição local, significa vale montanhoso. É de origem tupi e significa aglomerado de ranchos ou pousos onde vive o povo. Em 1963, Belo Monte se emancipou de Piraju, tornando-se o município de Tejupá. A cidade tem atualmente 4,5 mil habitantes.

Dia 24 - Oscar Bressani
Dia 25 - Itaberá



A localidade de Buquira, foi dada a denominação de Monteiro Lobato, em homenagem ao escritor Paulista que ali viveu e se inspirou para escrever muitas de suas obras, quase todas de literatura infantil. Monteiro Lobato residiu longo tempo na “Fazenda do Visconde”, em terras de sua avó. Buquira, em tupi-guarani, significa “Ribeirão dos Pássaros”. Alguns historiadores citam Buquira como ponto de passagem de Bandeiras que se

dirigiam a Minas Gerais, depois de terem descansado no local onde hoje existe o município. Em 1948, mudou a denominação para Monteiro Lobato. Atualmente possui 4,7 mil habitantes.



Dia 27 - Tabatinga - 123 anos

Em fins do século XIX começou a surgir uma pequena povoação. O progresso acentuou-se e a lavoura tomou incremento. Isso levou Ibitinga, a quem pertencia a povoação, a instalar um Distrito Policial, com o nome de Jacaré. Logo depois a denominação foi substituída para tabatinga, por ser o Patrimônio formado por um grupamento de casas brancas, cuja alvura a todos chamava a atenção. Tabatinga em tupi-guarani significa aldeia branca (taba= aldeia, tinga = branca). Seguiu-se uma fase de progresso com a construção das primeiras escolas e, em 1925 foi elevado a município. A população hoje é de 16,5 mil habitantes.

Dia 28 - Lençóis Paulista



Dia 29 - Campos do Jordão - 146 anos

Em 20 de setembro de 1790, Inácio Caetano Vieira de Carvalho, tendo obtido carta de Sesmaria de três léguas nos campos do Capivari, no alto da serra da Mantiqueira, neles instalou a Fazenda Bonsucesso. Os herdeiros de Vieira de Carvalho venderam a Fazenda Bonsucesso ao Brigadeiro Jordão, que faleceu antes de conhecê-la, embora tivesse mudado o nome da propriedade para Fazenda Natal. Esta ficou conhecida como os “Campos do Jordão”, devido ao hábito de ligar-se o nome do proprietário à propriedade. O município atualmente tem 52 mil habitantes.

Longe deste insensato mundo

Nas minhas horas vagas, aqui em Campinas, costumo lembrar da pequena vila de Paquara, no litoral atlântico do Pará. Por lá andei com mais frequência no passado, mas pretendo voltar. É que ali, francamente, não existe crise. Isso porque o bolo a ser dividido é tão incomensuravelmente pequeno que o homem mais rico do lugarejo tem pouco mais do que o menos que o mais pobre possui. É verdade que aquele, ao contrário deste, tem geladeira. A gás de botijão, é verdade, pois não há luz elétrica. Certamente existem, não apenas na Amazônia, mas em todo o Brasil, lugares que podem ser classificados como "longe deste insensato mundo". Só que Paquara é demais. Os jornais de Belém, por exemplo, chegam sempre com duas semanas de atraso. Televisão, poucos já viram; internet, nem pensar. Se você ainda não

alcançou aonde quero chegar, explico: acho que tal isolamento confere, a quem mora em Paquara, não apenas a santificação da privacidade, mas também a meiga inocência permitida pelo desconhecimento de certas coisas. Certa vez lá, nem faz muito tempo, perguntei a um homem de uns 60 anos se ele sabia quem eram José Sarney, Renan Calheiros e Paulo Maluf. Peguei as três personagens pelo fato de serem pessoas notórias na época.

— Não — o sujeito me respondeu — não sei quem são.

Sempre que fui à Paquara curti incontrolável vontade de não querer ir embora. No pequeno quarto da estalagem onde costumo ficar, um sobrado de madeira, convivo numa espécie de irmandade com o guarda-roupa tosco e a despojada rede. Uma tarde, verão maravilhoso, conclui que me aproximava da sabedoria de poder conversar com as baratas que às vezes passavam sobre minhas sandálias.

Nos meus dias, sempre fui acordado pelo canto de um mesmo bem-te-vi. Certa manhã, não por acaso, eu o vi. O amarelo das suas penas fendia, de forma inapelável, o verde de um galho de frondosa mangueira. Além de tudo, tive certeza de que a avezinha também me viu. Pois acenei e, como resposta, tive um trinado mais forte.

Dizem que o hábito das "happy hours" surgiu em Nova Iorque. Porém, após alguns dias na vilazinha perdida no litoral do Pará, comecei a colocar em dúvida o ensinamento. Pois em Paquara os pescadores que vol-

tam do mar desde sempre se reúnem numa birosca montada sob a vasta copa de descomunal mangueira, para a curtição cachasística de crepusculos dignos dos deuses.

Na estalagem meus cafés da manhã eram magros, mas tão absolutamente magros, que me sentia, diante deles, como um São Francisco de Assis exercitando jejuns. Tinha apenas pão caseiro de massa grossa, uma xícara de café plantado ali mesmo e ali mesmo moido em pilão. Como toque de sofisticação, dois ovos de jabutis; cozidos às vezes, às vezes fritos. E um belo jarro d'água. De coco.

Nas refeições eu comia peixe e galinha, galinha e peixe, numa constância de fazer morrer de rubor os adeptos da "nouvelle cuisine". Entretanto, cada prato era tão formidavelmente bem temperado com ervas nativas que o seu paladar espantaria qualquer grande cozinheiro.

Afinal, recordo agora essas emoções porque os dias de paz são curtos como aquilo que, antigamente, chamavam de "Rosas de Malherbe". Na véspera de voltar à civilização minha principal diversão era contar nuvens, à tarde, e tantas, tantas estrelas à noite. Neste caso, gostaria de ter ficado lá contabilizando até chegar à última. Pois só assim, ensinavam os chineses da dinastia Chung Ki Yang, os seres humanos alcançam o paraíso. Que está no infinito, onde se alimenta o finito de cada um.





CARTÃO DE BENEFÍCIOS DO SERVIDOR

Com o **Cartão de Benefícios APMCREDSalarial** o servidor antecipa até 30% do salário para consumir na rede credenciada **MeuVale**, o valor gasto será descontado na folha de pagamento do mês subsequente. O servidor tem acesso a um universo de possibilidades, além disso, **MeuVale** é o único benefício do país que oferece serviços de saúde, uma ampla rede de descontos e economia para o Município.

Para o servidor:

- Central de saúde
- Clube de descontos
- Ambulância para translado
- R\$ 100,00 gratuitos de medicamentos*
- Seguro de vida
- Plano odontológico completo
- Até 30% do salário para consumo.
- Treino livre em academias.

Confira todas as vantagens MeuVale



Consumo Local

Consumo restrito ao município, fomentando a economia local.



Clube de descontos

- Hotéis em SP e DF;
- Passagens aéreas;
- Academias;
- Farmácias;
- Supermercados e muito mais.



Serviços de Saúde

- Central de saúde para falar com equipe multidisciplinar;
- Transferência de ambulância em caso de necessidade.

Aplicativo MeuVale

- Rede social de promoções
- Gerenciamento do benefício
- Acesso central de saúde
- Acesso a descontos
- Rede credenciada com geolocalização.

convênio:



www.meuvale.com.br

Tudo isso a custo zero para o Município!



Escaneie o QR
Code e assista o
vídeo explicativo
meuvale



REALIZAÇÃO



64º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

DE 19 A 22 DE MAIO DE 2020
Campos do Jordão Convention Center / SP

“ QUEBRA DE PARADIGMAS “

NA GESTÃO PÚBLICA, de um lado está o convencional, o pensamento linear, e do outro, o espírito criativo, a inovação, a mudança de comportamento.

FUTURO

CONSÓRCIOS PÚBLICOS

INFRAESTRUTURA

ESTRUTURA FISCAL

INVESTIMENTOS BRICS

AGRICULTURA

EDUCAÇÃO TURISMO

SAÚDE SANEAMENTO

SEGURANÇA

SUSPENSO

INFORMAÇÕES: WWW.APAULISTA.ORG.BR APAULISTA@APAUlista.ORG.BR (11) 2165.9999 #APMSP